

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

GIOVANNA BORDONAL GOBESSO

ENTRE POVOS E FRONTEIRAS: AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS DOS SÍTIOS  
ARQUEOLÓGICOS DO RIO MOGI-GUAÇU E DO CENTRO-NORTE PAULISTA

UBERLÂNDIA-MG

2022

GIOVANNA BORDONAL GOBESSO

ENTRE POVOS E FRONTEIRAS: AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS DOS SÍTIOS  
ARQUEOLÓGICOS DO RIO MOGI-GUAÇU E DO CENTRO-NORTE PAULISTA

Trabalho de conclusão de curso apresentada  
ao Instituto de História da Universidade  
Federal de Uberlândia, como exigência para  
a obtenção do Título de Licenciatura e  
Bacharelado em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Marcel Mano

UBERLÂNDIA

2022

GIOVANNA BORDONAL GOBESSO

ENTRE POVOS E FRONTEIRAS: AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS DOS SÍTIOS  
ARQUEOLÓGICOS DO RIO MOGI-GUAÇU E DO CENTRO-NORTE PAULISTA

Trabalho de conclusão de curso aprovado  
pelo Instituto de História da Universidade  
Federal de Uberlândia, como exigência para  
a obtenção do Título de Licenciatura e  
Bacharelado em História.

Uberlândia, 24 de Março de 2022.

---

Prof ° Dr. Marcel Mano, UFU/MG

---

Prof ° Dr. Robson Antônio Rodrigues PPGCS/ UFU, MG

---

Prof ° Dr. Robert Mori GEPAEHI/UFU

*Aos meus pais, Luciana Bordonal Gobesso e Alexandre Augusto de Oliveira Gobesso, por nunca me deixarem desistir dos meus sonhos.*

## **Agradecimentos**

Deixo nestes breves parágrafos um pouco da minha gratidão por tudo e por todos que me auxiliaram na conclusão deste curso. Mesmo que esta pesquisa tenha me acompanhado desde meados de 2017 e tenha perpassado por duas iniciações científicas com amparo de fundações como a FAPEMIG e o CnPq, termina-la em meio ao caos gerado nesses últimos dois anos exigiu muito esforço mental e psicológico. Por isso, sempre mantive pensamentos positivos sobre o quanto meu trabalho abriria caminhos e beneficiaria o desenvolvimento cultural do município de Pirassununga - SP, minha cidade natal.

Assim, quero agradecer primeiramente aos meus pais e todos os meus familiares que apoiaram minha jornada (mesmo que alguns nem entendam o conceito de arqueologia e achem que eu quero caçar dinossauros até hoje), aos meus avós paternos separo um obrigado a parte por me auxiliarem como fiadores de todos os lugares que vivi e sempre demonstrarem que estavam orgulhosos de cada caminho que percorri. Separo também um agradecimento especial a minha irmã, Gabrielle, que sempre soube dar ótimos conselhos quando mais tive vontade de desistir de tudo e me fazer rir diante das condições mais adversas.

Ao meu namorado, Eduardo Leite Neto, agradeço infinitamente por estar sempre do meu lado, me apoiando durante os momentos felizes, tristes e nas piores crises de ansiedade. Nossas tardes de leitura e dias de estudos sempre ficarão guardados como os momentos em que mais me senti completa e em paz durante toda essa vida.

À Prof<sup>a</sup> Valéria, deixo toda minha gratidão por me ouvir e auxiliar naquela primeira aula de Antropologia e me colocar em contato com o GEPAEHI – Grupos de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena, pois a partir dele desenvolvi toda a pesquisa disposta nesse trabalho. Aos meus colegas do GEPAEHI, Gabriela, Daniela, Tayná, Tássita, Esthefany, Leila, Aurelino, Robert e Gabriel, só tenho a agradecer pelas conversas, dicas e referências, além das aventuras trocadas entre minicursos, oficinas e palestras. Ao Robson, por me inserir no mundo arqueológico, me levando a estágios, museus e me mostrando que meu sonho de ser arqueóloga pode se tornar realidade, deixo meu grande obrigado. Aos professores do Curso de História da

Universidade Federal de Uberlândia, agradeço por todos os ensinamentos, puxões de orelha (e de escrita) e infinitas possibilidades de adentrar no mundo da pesquisa histórica.

À minha psicóloga, Anie Paola, que acompanhou todo meu desenvolvimento durante esses últimos dois anos de frustração e me aconselhou a nunca desistir de mim, também exponho minha eterna gratidão.

Por último, agradeço ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr. Marcel Mano, por não desistir de mim mesmo quando eu já pensava em desistir de tudo e sempre me cutucar quando meu próprio perfeccionismo me impedia de distinguir entre o certo e o errado nesses muitos anos de pesquisa. Aprendi e ainda aprendo até hoje muito com o senhor, e por isso espero que nossos caminhos retornem sempre a se cruzar.

*“Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades.”*

*(KRENAK, AILTON, Ideias para adiar o fim do Mundo, 2020)*

## **Resumo**

O Centro-norte paulista tem sido palco de diversas descobertas arqueológicas consideradas complexas. Pensando que o complexo para as tradições arqueológicas muitas vezes é desconsiderado, nos debruçamos no material encontrado na região do município de Pirassununga/SP, cuja presença do Rio Mogi Guaçu trouxe situações propícias para a migração de povos indígenas, desenvolvendo assim, um quadro de contatos entre os povos indígenas do centro-norte paulista durante os séculos XVII-XIX. Dividido em três momentos, sendo o primeiro uma análise arqueológica, o segundo uma descrição antropológica da região e o terceiro uma interpretação da documentação histórica do estado de São Paulo, este trabalho pretende analisar de maneira interdisciplinar as diversas situações que levaram à construção desse quadro complexo.

**Palavras-chave: História Indígena, Arqueologia, Rio Mogi-Guaçu; Centro-norte Paulista.**



## **Abstract**

The Paulista North Center has been the center of numerous archeological discoveries considered intricate. Thinking that the word “intricate” for the archeological traditions is often disregarded, we will observe the materials found around the region of Pirassununga/SP, whose presence of the Mogi Guaçu river brought great conditions for the migration and occupation of the indigenous people; therefore we can see the development of a contact network between the indigenous groups that inhabited the paulista north center from the XVII-XIX century. Dividing our work in three parts: firstly we have an archeological analyses of the site, then we have an antropological description of the region, and last we have the interpretation of the historical documents from São Paulo’s state. This paper, in summary, intends to analyse with the use of interdisciplinarity the several ways in which this intricated network was built.

**Key words:** Indigenous History, Archeology, Mogi-Guaçu’s river. Paulista North Center.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Síntese Teórico-metodológica.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1 – Arqueologia Regional.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 – Aratu-Sapucaí ou Tupiguarani: as tradições arqueológicas e a eterna busca por modelos fixos.....</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 2 – A arqueologia do Centro-norte Paulista.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 – Pirassununga (SP) e sua complexidade arqueológica.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 – As interações culturais desenvolvidas na região.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3 – Mapa de Interações.....</b>	<b>44</b>
<b>Capítulo 3 – A História Indígena e a documentação histórica.....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 – A Capitania de São Vicente e os primeiros contatos com os indígenas .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2 – A expansão para o oeste do Estado de São Paulo .....</b>	<b>62</b>
<b>3.3 – Os povos indígenas do Centro-norte Paulista e suas relações de contato....</b>	<b>65</b>
<b>Uma conclusão possível: questões para pensar.....</b>	<b>69</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>72</b>

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 – A cerâmica de Tradição Aratu .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 2 – A Tradição Uru .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 3 – Padrões de Pintura Tupiguarani.....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 4 – Achados Arqueológicos.....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 5 – Vestígios da cerâmica tupiguarani.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 6 – O machado-âncora.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 7 – Paredes com aplique: Sítio Água Branca.....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 8 - Urna pintada e piriforme encontrada em sítio de Tradição Aratú-Sapucaí, em Olímpia.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 9 – O complexo Cachoeira de Emas.....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 10 - Localização de Ocorrências e Sítios Arqueológicos em Áreas de Cerrado e Mata Atlântica no Município de Pirassununga (SP).....</b>	<b>48</b>
<b>Figura 11 - Capitânicas de São Paulo e de Minas Gerais no séc. XVIII: com localidades e caminhos antigos, inclusive nome de rios e de montanhas.....</b>	<b>60</b>

## Introdução

A presente monografia de bacharelado em História é resultado de três anos de pesquisa em nível de Iniciação Científica financiada inicialmente pela Fapemig e depois pelo CNPq. Inicialmente apresentada como plano de trabalho intitulado “*O Alto do Mogi: a complexidade em torno dos sítios arqueológicos de Pirassununga e suas fronteiras étnicas*”, ele esteve vinculado ao projeto de pesquisa “*Negociações históricas e metamorfoses culturais: redes de contatos e redes de alteridades entre os Jê – Cayapó meridionais*”, desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena –GEPAEHI- com financiamento do CNPq. Em colaboração à essa pesquisa, o projeto do qual resulta esta monografia pretendeu, com base num percurso interdisciplinar entre os materiais da Antropologia, da Arqueologia e da História, levantar questões para a interpretação dos sítios arqueológicos encontrados na bacia do Alto Mogi-Guaçu situado na região nordeste do estado de São Paulo, e em particular, no município de Pirassununga.

Não só na área referente aos sítios arqueológicos do alto Mogi-Guaçu como em toda a região Centro-norte paulista, as evidências arqueológicas e etno-históricas apontam para a presença de diversos povos indígenas, tais como os grupos Tupi, Guarani e Jê ocupando e transitando por essa mesma região. Com base nisso, esta monografia pretende analisar a distribuição desses grupos a partir dos achados arqueológicos na região do Alto Mogi, em específico, no município de Pirassununga/ SP e, a partir deles, estabelecer comparações com outros sítios arqueológicos do centro-norte paulista e com os grupos indígenas citados nas fontes documentais. A partir do diálogo interdisciplinar entre Antropologia, Arqueologia e História Indígena espera-se iluminar melhor a existência de sítios “complexos” na região do alto Mogi-Guaçu (MORAES, 2007) a partir de um quadro geral mais amplo de contatos e de relações entre diferentes grupos indígenas. Assim concebida, esta monografia encontra-se dividida em três capítulos.

No primeiro, o foco é apresentar os critérios e elementos guias usados pela Arqueologia tradicional para classificar as tradições arqueológicas conforme desenvolvidas pelo PRONAPA. Embora hoje postas em suspenso, historicamente elas foram as referências a partir das quais se pensaram e se descreveram as ocupações indígenas nos sítios encontrados na região centro-norte paulista e por isso serão úteis para passarmos em revista

o conhecimento acerca dos sítios arqueológicos na área mencionada. Mas não só para isso, pois os chamados sítios “complexos”, como veremos, colocaram limites para o uso exclusivo do manual das tradições para interpretação dos materiais arqueológicos encontrados.

Sob o pano de fundo traçado no primeiro capítulo, o segundo tem como objetivo mapear os registros de alguns achados arqueológicos do município de Pirassununga/SP e como eles foram interpretados pela arqueologia tradicional, que notadamente pensou a ocupação da região por grupos de tradição tupiguarani. Mas não exclusiva, a constatação recente de sítios complexos levam à suposição de um quadro de contatos entre os povos indígenas diferentes, cujo esforço é concluído nesse capítulo por meio de comparações entre os achados arqueológicos do alto Mogi-Guaçu e alguns outros sítios conhecidos para o centro-norte paulista.

Por último, com base na análise de uma pequena parte da documentação histórica existente para o atual estado de São Paulo, a intenção do terceiro capítulo é registrar não apenas as relações de contatos entre os povos indígenas e os não indígenas, mas também como os primeiros estavam sendo nominados e descritos pelos segundos. Em busca desses sinais, a intenção é mostrar como, durante o período colonial, a documentação histórica registrou na região a ocupação e/ou trânsito de grupos indígenas culturalmente diferentes, tal como parece ter ocorrido durante o período pré-colonial conforme quadro traçado no capítulo anterior.

Assim concebida, os dados provenientes da Arqueologia, da Antropologia e da História Indígena deverão ajudar a compor um quadro mais complexo e rico na produção de redes de relações, contatos variados e intersecções que fazem dessa uma região de fronteira entre povos e culturas. Mas antes disso, faz-se necessário apresentar, ainda que rápida e sinteticamente, alguns referenciais teórico-metodológicos para o diálogo interdisciplinar que se quer construir.

## Síntese Teórico-Metodológica

A cultura como fonte de pesquisa para se compreender historicamente as sociedades tem sido pauta de discussões e modificações constantes em diversas áreas acadêmicas. Para nos aprofundarmos nessa temática primeiramente acompanharemos o desenvolvimento metodológico pelo qual a historiografia perpassou, desde o século XIX, até que a análise de objetos e manifestações culturais passassem a ser aceitos como fonte primária de pesquisa. Sendo oficialmente integrada ao mundo acadêmico durante o século XIX, a disciplina de história obteve seu maior apoio teórico e metodológico com o pensamento alemão do período. Dentre esses pensadores se destacam Johann Gustav Droysen (2009) que em seu livro *Manual da teoria da História*<sup>1</sup> apontará que “a ciência da história é o resultado de percepções empíricas, de experiências e da pesquisa (iopia)” (DROYSEN, 2009, p. 36). Além disso, o pesquisador disserta que o método histórico de pesquisa se define a partir do objeto estudado, ou seja, dependendo da fonte escolhida os modos de analisá-la serão diferentes, auxiliando na compreensão da sua pesquisa como um todo. Seguindo ainda as concepções de Droysen (2009), o

Material histórico é, em parte, aquilo que ainda está diretamente disponível (vestígios) daqueles presente, cuja compreensão estamos buscando, em parte o que dos mesmos refugiou-se no imaginário dos seres humanos e nos foi transmitida pela memória (nas fontes) e, em parte, são coisas nas quais as duas formas se encontram e estão combinadas (monumentos). (DROYSEN, 2009, p. 46)

Assim, o autor construirá seu arcabouço teórico apontando que a história é uma ciência profundamente demarcada pelos pilares da cultura e da teoria. Seguindo ainda entre os pensadores do século XIX que tinham esse mesmo entendimento, uma outra interpretação de como deveríamos analisar a historiografia estava sendo estruturada pelo pesquisador suíço Jacob Burckhardt (2009) em sua obra *A cultura do Renascimento na Itália*<sup>2</sup>. Uma das primeiras nuances das modificações encontradas no pensamento de Burckhardt (2009)

<sup>1</sup> DROYSSEN, Johann Gustav. **Manual da teoria da História**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

<sup>2</sup> BURCKHARDT, Jacob Cristoph. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. – São Paulo: Companhia de Bolsa, 2009.

aparece quando ele disserta sobre a fixação do olhar, ou melhor dizendo, o aprofundamento do olhar do pesquisador ao analisar todas as envergaduras possíveis que sua fonte pode divulgar. Esse ideal foi posteriormente apresentado dentro da historiografia italiana do século XX como “paradigma indiciário”, por Carlo Ginzburg (1989)<sup>3</sup>, no entanto, além do aprofundamento do olhar o paradigma indiciário é um método de análise, comparação e classificação de objetos, artes e situações. Ocorrendo a partir da análise de um “quadro de sintomas” que interpretará o todo pelas partes, ou seja, as minúcias do objeto nos dão as respostas que uma observação superficial não daria. Outro ponto importante deste paradigma ocorre quando o associamos às áreas científicas que trabalham com a retrospectiva de suas causas e consequências (nesse caso, a arqueologia, paleontologia, história, geologia e astronomia); pois, segundo Ginzburg (1989), a dificuldade de se reproduzirem as causas de algum fenômeno nos levam a focar nos efeitos que este gerou. Retornando a Burckhardt (2009) e suas contribuições para com o entrelaçamento dos estudos historiográficos e culturais temos que:

A chave para a proposta de História cultural burckhardtiana<sup>4</sup> realmente são as artes, sua especialidade primeira, mas Burckhardt foi um dos pioneiros a considerar todos os aspectos sociais no estudo do passado: festas, vestuário, política e até anedotas populares eram incluídas na sua pintura da Renascença. Nesse período, a Cultura, elemento dinâmico na dinâmica de forças (...) ofuscou o Estado e a Religião, criando uma sociedade atípica, culta, que respaldou o nascimento do indivíduo moderno (submergindo das águas da Idade Média, assim como a *Vênus* de Botticelli). A política, nesse movimento, também se torna uma Arte. (VERMEERSCH, 2003, p. 222)<sup>4</sup>

Com o início do século XX, uma nova perspectiva para a historiografia passou a ser idealizada com os pesquisadores que compunham a *Escola dos Annales*. Tendo como objetivo inicial fugir dos pensamentos positivistas, a *Escola dos Annales* foi criada a partir do trabalho de diversos pesquisadores franceses que atualmente são divididos em quatro gerações. A primeira geração (1929-1949) é conhecida por trazer os membros originais da *Escola dos Annales*, tais quais Lucien Febvre e Marc Bloch, e por apresentar temáticas como: história-problema (que se opunha a história factual trazendo como maior instrumento

<sup>3</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. – In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

<sup>4</sup> VERMEERSCH, Paula. Jacob Burckhardt e suas Reflexões sobre a História. – In: **Revista de História Social**, nº 10, Campinas, SP, 2003, pp. 215-238.

a interpretação do problema); a contestação da pura narrativa dos acontecimentos e o questionamento das fontes analisadas, fugindo de uma mera descrição cronológica do episódio analisado ao trazer questionamentos presentes para a análise. A segunda geração (1946-1969) ficou marcada pelas pesquisas desenvolvidas por Fernando Braudel (1990) que obteve grande influência da Antropologia Estrutural desenvolvida por Lévi-Strauss e do marxismo. A partir disso, Braudel (1990) criará a temática da “longa duração”<sup>5</sup> na qual, “(...) a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã.” (BRAUDEL, 1990, p. 17) se tornando a base teórica e metodológica de diversos pesquisadores do período. Com a chegada da terceira geração (1968-1989) da *Escola dos Annales*, temos uma corrente que passou a ser denominada como “Nova História”. Jacques Le Goff (1993)<sup>6</sup> é um dos grandes nomes dessa geração, e organizou o livro *A História Nova*, um compilado de textos e ideias de diversos pesquisadores que compunham essa geração e todos os campos que eles estavam explorando, entre eles: a história das mentalidades, a história do imaginário, histórias marginais, a história imediata e a relação entre história, cultura material e a arqueologia, amplamente dilapidada pela pesquisadora Jean-Marie Pesez (1993)<sup>7</sup>.

Não há adequação total entre cultura material e arqueologia. Um vaso não é apenas uma técnica e uma função utilitária. Ele também corresponde – por sua forma, eventualmente por sua decoração – a escolhas que não são mais de ordem infraestrutural; ademais ele pode ter uma significação social e pode ser testemunha de um sistema de relações econômicas. (PESEZ, 1993, p. 204)

A partir disso, podemos observar o caminhar que a historiografia como um todo perpassou desde o século XIX. Uma das nuances mais importantes ocorre com a crescente interdisciplinaridade com os estudos desenvolvidos pela área das Ciências Sociais e com o desenvolvimento da análise de diversas fontes, já que inicialmente a fonte histórica era vista como advinda somente de materiais escritos. Com o desenvolvimento de estudos que envolvem a cultura como fonte histórica, o arcabouço teórico da pesquisa histórica se ampliou e trouxe pesquisas envolvendo literatura, cinema, arte, música, cultura material e imaterial. Tendo isso como mote para a continuidade de nossa pesquisa observaremos, em

---

<sup>5</sup> BRAUDEL, Fernando. **História e Ciências sociais**. – Lisboa: Editorial Presença, 1990.

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

<sup>7</sup> PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. – In: **A História Nova**, São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 180-215.



contraposição, como a historiografia se desenvolveu no Brasil e seu consequente estudo e interpretação dos povos indígenas que habitavam o país.

Em contraponto ao processo de desenvolvimento historiográfico europeu, a Historiografia Brasileira foi construída como uma grande “colcha de retalhos”, pois dependendo do período e do sistema político vigente, as narrativas ocorriam por diferentes meios literários. Entre os séculos XVIII e XIX, as maiores informações obtidas sobre o Brasil chegavam por meio de relatos de escritores do romantismo brasileiro, memorialistas ou viajantes, como é o caso das descrições feitas pelo mercenário alemão Hans Staden (1557) em sua obra *Duas Viagens ao Brasil*<sup>8</sup>. Segundo Silva (2014), em seu texto sobre *O “ser brasileiro” no discurso dos viajantes oitocentistas*<sup>9</sup>,

Ainda que, muitas vezes, por meio de contradições, esses viajantes tenham exposto suas definições e atribuições de caráter aos habitantes do Brasil, o uso de forma mais ou menos definida do termo “brasileiro” por eles forneceu ao panorama de constituição de uma identidade um aparato externo, munido de interface com a ciência, com a atividade comercial, com a arte, gerando, assim, uma linguagem compatível entre eles com algum poder prático no processo dinâmico e dialético de construção de identidades e alteridades. (SILVA, 2014, p. 3)

Não obstante, enquanto a construção desse “ser brasileiro” era desenvolvida, muitas nuances tiveram que ser discutidas, entre elas, o papel do indígena e dos escravos. Com a instalação da família real portuguesa no Brasil e a consequente independência criou-se a necessidade de fortalecer essa definição. Carl Friedrich Philipp von Martius é outro desses viajantes que vieram ao Brasil durante o século XIX, o autor, junto de Von Spix, desenvolveu pesquisas naturalistas e sobre a fauna e a flora existente no país; além disso, Von Martius idealizou o Brasil como uma mescla de três raças, a caucasiana a africana e a americana. Desse modo, Silva (2013) ao escrever sobre *Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844)*<sup>10</sup> destaca que o botânico e pesquisador em conjunto com Von Spix na criação do primeiro volume de *Viagens pelo Brasil* (1938)<sup>11</sup> estudou muito mais do que os aspectos naturais do país, ampliando também no

<sup>8</sup> STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. – São Paulo: LPM, 1557.

<sup>9</sup> SILVA, Elis Pacífico. O “ser brasileiro” no discurso dos viajantes oitocentistas. – **Anais do “I Seminário Internacional Brasil no Século XIX”**, Espírito Santo: Universidade Federal de Vitória, 2014, pp. 1-16.

<sup>10</sup> SILVA, Seles Pereira da. **Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844)**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

<sup>11</sup> SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1983.

(...) estudo das diversas línguas, traços característicos dos povos, as tradições históricas e os mitos, os monumentos mais antigos e os novos, assim como inscrições, moedas, ídolos, e, particularmente, tudo que pudesse esclarecer o estado de civilização e história dos aborígenes e dos atuais habitantes do Brasil. (SPIX; MARTIUS apud, SILVA 1938, v. 1, p. 10)

Porém, uma curiosidade que envolve todo o pensamento de Von Martius é que, enquanto ele percorria o Brasil, percebeu que o indígena “atual” estava mudado, diferente daquele indígena autóctone ligado ao mito do “bom selvagem” tão discursado por Jean-Jacques Rousseau (2013)<sup>12</sup> e que estava presente na chegada dos portugueses e espanhóis à América. Continuando essa argumentação, apontava que os indígenas “atuais” degeneraram a imagem original e pura que o pesquisador estava tão disposto a narrar e documentar.

Se aproximando a visão de Von Martius e colocando os povos indígenas fora do olhar atual, o Visconde de Porto Seguro (1877) cria tomos que contariam a *História Geral do Brasil*<sup>13</sup> no período oitocentista. No entanto, a visão de Varnhagen (1877) ao mesmo tempo em que exaltava as políticas do Segundo Reinado e seus ideais iluministas, diminuía a população que segundo ele não se encaixava no conceito de “ser brasileiro”. Nesse sentido, ele descreve a situação em que os indígenas se encontravam no Brasil:

Procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brazil; isto é, uma idéia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De taes povos na infância não há historia: há só ethnographia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do individuo na ordem physica, é sempre acompanhada de pequenez e de misérias." (VARNHAGEN, 1877, pp. 22-23)<sup>13</sup>

Saindo, portanto, da perspectiva historiográfica que foi construída durante o Segundo Reinado, os pesquisadores do século XX, inicialmente criaram uma falsa divisão dos conteúdos etnográficos e historiográficos, que atualmente é denominado de “a velha história

<sup>12</sup> ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social: princípios do direito público**. – São Paulo: Editora Pilares, 2013.

<sup>13</sup> VARNHAGEN, Francisco A. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba**. – Volume 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

indígena”<sup>14</sup>, em que os povos indígenas eram totalmente negligenciados, sendo continuamente descritos naquela mesma perspectiva do século XIX que os via como povos atrasados, sem história e fadados a extinção. Porém, com o surgimento da “nova história indígena”, ocorre uma tentativa de aproximação das temáticas antropológicas e o que estava sendo desenvolvido pelos pesquisadores da *Escola de Annales*. Assim, o processo de integração do indígena dentro da historiografia passa de uma imagem inicial de povos aculturados, para um consequente estudo pragmático e aprofundado de suas culturas de modo interdisciplinar com auxílio da Etnografia, Antropologia e da Arqueologia. Um dos grandes nomes a ser destacado para a expansão de pesquisas nesse período é Claude Lévi-Strauss (1996), o antropólogo e etnólogo francês criou a teoria do estruturalismo, apontando a cultura como um conjunto de sistemas simbólicos cujos entendimentos acerca da configuração e organização dos povos indígenas e suas ideias cosmológicas e cosmogônicas eram representados pela estrutura do Espírito Humano. Além disso, em sua obra *Tristes Trópicos*<sup>15</sup> acompanhamos sua viagem de campo pelo Brasil, tendo contato com diversos povos indígenas e trazendo observações sobre suas culturas que até aquele momento eram novidades no mundo acadêmico. Participou também da composição de textos para o Instituto Smithsonian (1940-1947), que criaram os manuais denominados *Handbook of South America Indians*<sup>16</sup> conhecidos por todo o continente americano por trazerem informações novas e estruturadas sobre os diversos grupos indígenas que habitavam a América do Sul. Atualmente, o *Handbook of South American Indians* continua sendo visto visto como marco inicial das pesquisas aprofundadas acerca dos povos indígenas da América do Sul, mas já foi extremamente contestado e revisado por diversos pesquisadores da área principalmente com a inserção de pesquisas etnológicas e arqueológicas acerca dos povos marginais e seu constante processo de migração e adaptação que resultam numa complexa interpretação de seus grupos.

Retomando Lévi-Strauss (1996), notamos em sua passagem pelos Bororo que habitam o centro-oeste brasileiro como o pesquisador formulava seu pensamento. Ao observar as manifestações noturnas descritas pelo autor como “religiosas” temos essas observações:

Salvo alguns instrumentos de sopro que fizeram sua aparição em momentos prescritos do ritual o único acompanhamento das vozes resumia-se aos maracás

---

<sup>14</sup> RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

<sup>15</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>16</sup> SMITHSONIAN, Institute. **Handbook of South American Indians**. Vol 1-7, 1946-1959.

feitos com uma cabaça cheia de cascalho, sacudidos pelos corifeus. (...) Não surpreende que outrora os indígenas e os próprios missionários tenham acreditado, em outras tribos, ouvir os demônios falarem por intermédio dos chocalhos! Aliás sabe-se que se antigas ilusões a respeito dessas pretensas “linguagens tamboriladas” foram desfeitas, parece provável que, pelo menos entre certos povos, elas se baseiem numa verdadeira codificação da língua, reduzida a alguns contornos significativos simbolicamente expressos. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 205)

Com a instauração dessa nova linha de pensamento em que a cultura e a linguagem passam a ser consideradas como meio de se estudar e compreender os povos indígenas, muitos etnógrafos e antropólogos passaram pelo o que seria um “boom” desses estudos indigenistas. No entanto, algumas barreiras ainda precisavam ser quebradas. A primeira e mais importante era a de que pela interdisciplinaridade poderíamos fazer de fato uma História Indígena. Ultrapassando a ideia de que história não se resume apenas à estudos de fontes documentais, a cultura material indígena e as tradições orais passaram a ser objeto de pesquisa entre os historiadores. Trazendo à tona a ideia de “protagonismo indígena”<sup>17</sup>, John Monteiro (1994) ampliará a visibilidade desses povos ao apontar na obra *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*<sup>18</sup> como os próprios portugueses mascaravam a identidade dos indígenas ao chama-los genericamente de “negros da terra” ou “negros-brasis”. Monteiro ainda apontará em sua obra como diferentes povos indígenas agiam perante o avanço dos bandeirantes na capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo), pois enquanto alguns fugiam dos avanços, outros ajudavam a encontrar povos “inimigos”, abrindo portanto, diálogos para esse constante agenciamento indígena e suas manifestações diante do contato. Nesse sentido, percebemos o desenvolvimento de uma concepção para os povos indígenas que divergia do que havia sido construído desde o período colonial, nos quais os indígenas eram descritos como preguiçosos, sem alma e sem cultura, e difíceis de lidar quanto ao processo escravocrata. O “protagonismo indígena” chega, portanto, como uma das grandes temáticas para essa nova história indígena que estava sendo construída desde meados do século XX, adicionando perspectivas e dando voz para esses povos, não somente no quesito cultural, mas também contrariando a histórica passividade atribuída a

---

<sup>17</sup> Tendo como objetivo, inverter as concepções sobre os estudos acerca dos povos indígenas, o “Protagonismo Indígena” surge como uma iniciativa de interpretar as fontes pela perspectiva dos indígenas. Tentando aos poucos, desmascarar os estigmas constantemente criados pela historiografia não índia. Ver mais sobre em: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Protagonismo como substantivo na História indígena. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Protagonismo ameríndio de ontem e hoje**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016, p. 13-52.

<sup>18</sup> MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

eles. Alexandre Robazzi (2011), ao dissertar sobre *O papel da arqueologia na história indígena*<sup>19</sup>, comentará a respeito na “Nova história indígena” que tem sido feita pelos pesquisadores.

Essa “Nova História Indígena” que vem sendo construída encontrou um campo fértil para crescer a partir de uma série de novos elementos, dentre outros: 1) as populações indígenas, em contínuo declínio desde a primeira metade do século XVI, se estabilizaram, mostrando até uma tendência de aumento; 2) o movimento em prol dos direitos históricos dos índios tem avançado muito, pois, nos últimos anos, tem havido uma proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil; e 3) a ruptura com um longo passado de dependência do Estado que remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América. (ROBAZZI, 2011, p. 160)

Caminhando nessa mesma perspectiva, Manuela Carneiro da Cunha (1992), em sua obra *História dos Índios no Brasil*<sup>20</sup> apontará que

A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois elementos fundamentais — a gênese do homem branco e a iniciativa do contato — sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade." (CUNHA, 1992, p.18)

Atualmente a historiografia está abrindo seu leque teórico para as temáticas pós- estruturais e decoloniais, avançando significativamente numa História Indígena narrada e contada pelos próprios indígenas a partir de suas interpretações. Um dos grandes exemplos acerca desse caminhar decolonial ocorre com a crescente política de demarcação de terras que aparece em conjunto com a luta dos indígenas por direitos, sendo efetivada com a promulgação da Constituição Federal de 1988<sup>21</sup>, no entanto, desde o Governo de Dilma Roussef (que resultou em seu *Impeachment* em 2016), as demarcações de terras diminuiriam drasticamente, culminando no que atualmente se discute em congresso sobre o usufruto de

<sup>19</sup> ROBAZZINI, A. O papel da arqueologia na história indígena: algumas considerações. – In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 11: 159-163, 2011.

<sup>20</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena, In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo Companhia das Letras, 1992, p. 10-24.

<sup>21</sup> BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

um marco temporal<sup>22</sup> para as demarcações.. Outra conquista importante surge com a implementação da Lei 11.645/2008<sup>23</sup>, pois esta reconhece a importância das escolas em trabalhar a diversidade cultural do Brasil como um todo, obrigando-as a inserir temáticas afro-americanas e indígenas em seus materiais didáticos. Além disso, possibilitou a constante reformulação desses materiais que antes apresentavam os indígenas somente no período do “Descobrimento do Brasil”, sendo praticamente descritos como aculturados, pacíficos e objetos de um passado esquecido; modificando este olhar em direção à importância das línguas indígenas e suas diversidades etnológicas e culturais.

Após compreendermos todo esse percurso acadêmico que a História Indígena fez no Brasil, podemos adentrar nas interações que ela tem feito entre diversas áreas acadêmicas. Com intuito de reescrever a História do Brasil, a interação entre a Arqueologia e a História promove uma perspectiva cronológica mais aprofundada<sup>24</sup>, em contraste com os relatos de viajantes que somente narravam o que viam. Sendo descrita pelo estudo dos modos de viver das culturas a partir da análise de vestígios materiais, a Arqueologia permite que desvendemos desde os tipos de alimentos que estes povos consumiam até o modo com que se organizavam, os materiais que mais utilizavam para produção de seus objetos, entre outros. Com a chegada da Etnoarqueologia, cuja definição é “(...) a utilização integrada, principalmente, de dados arqueológicos, etnográficos, históricos e linguísticos, com o objetivo de abordar questões pertinentes à problemática indígena contemporânea” (ROBAZZI, 2011, p. 160), temos finalmente um crescimento dessa interdisciplinaridade entre os pesquisadores. Irmid Wüst (1992) traz exemplos disso ao estudar os Bororo<sup>25</sup> do sudeste do Mato Grosso e compreendê-los como uma “(...) fusão de grupos étnicos e culturais distintos.” (WÜST, 1992, p. 13). A pesquisadora aponta em seu texto que cada área específica (seja a Antropologia, a Arqueologia ou a Etnografia) podem trazer informações sobre esses grupos, mas, cada uma delas isolada, limita-se a parâmetros específicos, como é o caso da Arqueologia e sua visão normativa da cultura<sup>26</sup>, o que impossibilitava uma maior compreensão das dinâmicas sociais desenvolvidas pelos

---

<sup>22</sup> O PL 490/2007, foi criado pela bancada de oposição e ruralista na perspectiva de diminuir a política de demarcação de terras ao inserir nela um marco temporal, desse modo, todas as terras indígenas que são datadas como anteriores a esse marco, e ainda estão em processo de demarcação, seriam recusadas e não demarcadas. Ver mais em: < <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345311> > Acesso Disponível.

<sup>23</sup> BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

<sup>24</sup> ROBAZZINI, A. op. cit, p.160.

<sup>25</sup> WÜST, Irmid. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. – In: **Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia**. S. Paulo, 2:13-26, 1992.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 15.

indígenas, fato que só a interdisciplinaridade poderia resolver. Desse modo, para Wüst,

É evidente que uma análise dos fatores atuantes nos processos socioculturais destas sociedades exige não apenas uma investigação de natureza interdisciplinar, como também uma mudança substancial na abordagem teórico-metodológica. Questões de natureza antropológicamente relevantes poderão ser formuladas especialmente a partir da compreensão dos padrões e sistemas de assentamento e da organização espacial intra-sítio, de modo que fatores relativos a aspectos demográficos, apropriações territoriais, hierarquias, modo de produção, redes intra e extracomunitárias, bem como aspectos ideológicos envolvidos na manutenção, reprodução e transformação de sua condição de vida, possam figurar como variáveis chaves na reconstrução do passado. (WÜST, 1992, p. 23)

A investigação etnoarqueológica, portanto, possibilita quebras e rupturas dos dados e das fontes analisadas previamente de modo linear, ou seja, promove olhares, interpretações e abordagens diferentes do que antes era comumente estudado pela arqueologia. Felipe Vander Velden (2018) traz um grande exemplo ao tentar resolver o problema dos Karitiana<sup>27</sup>, em Rondônia. No caso analisado pelo pesquisador, estamos diante das políticas de demarcação que exigiam um laudo antropológico para comprovação do território indígena Karitiana. Porém, ao caminhar com os indígenas, Velden (2018), aponta que estes identificavam os territórios por eles abandonados durante o avanço dos seringueiros e dos fazendeiros pela presença da terra preta, de uma palmeira específica que dá o licuri (*Syagrus coronata*) e pelos cacos de cerâmica. A novidade destacada pelo autor nessa reivindicação territorial Karitiana é a de que eles interpretavam os cacos de cerâmica como espíritos de seus antepassados (denominados *psam'em pyyt*) e, conseqüentemente, todo local em que fossem encontrados tais vestígios arqueológicos eram território Karitiana. Diante deste dilema, Velden (2018) desenvolve uma pesquisa etno-histórica para ponderar ambos os lados do processo de demarcação.

Não estou querendo dizer, evidentemente, que os resultados de pesquisas arqueológicas devam contrariar as reflexões indígenas acerca dos registros materiais antigos, em tudo precisas; também não coaduno com a ideia de que vestígios arqueológicos são um tipo de *prova* inquestionável da presença indígena em dada região. O que quero sugerir é apenas que a colaboração entre arqueólogos, antropólogos e os índios me parece crucial, tanto mais quando se trata da necessidade de definição de limites: deste modo, o problema aqui parece menos utilizar os cacos cerâmicos como provas da ocupação Karitiana na região do que definir a *extensão* desta mesma ocupação. (VELDEN, 2018, p. 195)

---

<sup>27</sup> VELDEN, Felipe Vander. Casos de espíritos: aproximações entre Antropologia e Arqueologia no caso Karitiana em Rondônia. – In: Amazônia, **Rev. Antropol.** (Online) 10 (1): 182-208, 2018.

Levando isso em consideração, estamos diante de uma outra perspectiva teórica que ultrapassa os caminhos da linearidade e promove a história como fruto de relações de quebra e rupturas. Do mesmo modo, a ideia de cultura supera os modelos fechados e fixos e promove a complexidade, demonstrando que os povos indígenas são passíveis de transformações internas e externas.



## Capítulo 1 – A Arqueologia Regional

### *1.1 – Aratu-Sapucaí ou Tupiguarani: as tradições arqueológicas e a eterna busca por modelos fixos*

Nos estudos antropológicos e etnográficos, os povos indígenas do Brasil sempre foram estudados, compreendidos e classificados por aquilo que transmitem e usufruem, ou seja, analisam-se suas produções econômicas, culturais, linguísticas, cosmogônicas, ecológicas e políticas, tal como é dada pela observação direta. Aparentemente desgarrando-se dessa análise, a arqueologia brasileira desenvolve pesquisas sobre a cultura material dos povos indígenas (cerâmicas, cestarias, materiais líticos, vestimentas e arte plumária) que, até certo ponto, também possibilitam um grande leque de interpretações acerca de como eles viviam, o que comiam, se possuíam costumes funerários, se realizavam trocas, entre outros.

Foi para organizar os dados da cultura material dos povos indígenas pretéritos que a partir da década de 1970 o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) criou os chamados modelos ou tradições arqueológicas. Por meio deles pretendiam-se diferenciar as cerâmicas encontradas nos sítios arqueológicos e sintetizar um “manual” para os pesquisadores que se deparavam com semelhanças entre os materiais. Classificando-os de acordo com sua decoração, uso, e composição, esses modelos fixos inicialmente trouxeram grandes respostas para a compreensão desses povos; porém, quanto mais solidificados esses modelos se tornavam, mais eles estavam sujeitos a incógnitas e a limites. Isso ocorreu pois ao criarem a fórmula do modelo, esqueceram de acrescentar a possibilidade de que enquanto as tradições são fixas, puras e imutáveis, a realidade histórica é fruto de multiplicidades, nuances e complexidades, promovendo uma constante modificação dos povos e dos ambientes em que habitam.

Um dos resultados desses limites atingidos pelos modelos arqueológicos foi o surgimento da denominação “complexa”, que passou a ser utilizada quando elementos difusos e não condizentes com os modelos que apareciam durante uma escavação. Essa classificação ocorre, portanto, quando ao analisar os materiais encontrados em um sítio percebe-se a mistura ou fusão de elementos oriundos de tradições diferentes. Assim, a problemática ligada à classificação dos sítios como complexos está relacionada a uma provável interação entre saberes e fazeres de grupos e tradições diferentes. No entanto, mesmo que as tradições arqueológicas sejam alvo de grande contestação, elas continuam

presentes não só na sua persistência analítica como pelo fato de que é a partir delas que a Arqueologia atual dialoga com os registros. Por isso não podemos deixar de analisá-las para compreender o que pesquisas anteriores tiveram como base para classificar um local ou região.

Assim, utilizamos o texto de André Prous (1992)<sup>28</sup> sobre a *Arqueologia Brasileira* para compreender como essas tradições foram classificadas, em especial aquelas que se referem à classificação da cerâmica, pois, segundo o autor, era nela que todo o conhecimento sobre uma cultura residia. Aqui, o objetivo não é fazer uma revisão das diferentes tradições nas quais foram classificadas as cerâmicas produzidas pelos povos indígenas no Brasil, mas colocar em foco apenas aquelas que, de acordo com os estudos, aparecem associadas às ocupações do vale do alto rio Mogi-Guaçu –objeto desta pesquisa-; entre elas as tradições Aratu-Sapucai, Uru e Tupiguarani<sup>29</sup>.

A tradição Aratu, segundo Prous (1992, p. 346), surge a partir de questionamentos sobre urnas funerárias grandes não decoradas que não podiam ser ligadas as tradições tupi, sendo definida primeiramente na Bahia e posteriormente adquirindo as variantes “Sapucai” para a região de Minas Gerais, e “Uru” para Goiás; Prous ainda aponta manifestações dessa tradição nas regiões de Mato Grosso e São Paulo.

No nordeste, a tradição “Aratu” pode ser encontrada em sítios do litoral norte e do recôncavo baiano, sendo os sítios localizados próximos de regiões de encostas, morros e dos manguezais. A presença de urnas funerárias nessa tradição é um elemento diagnóstico importante na classificação da cerâmica Aratu. De grandes dimensões, as urnas não são decoradas, possuem um formato piriforme, e são encontradas tanto fora como dentro das habitações. Em relação ao conjunto da cerâmica ligada à tradição Aratu, pode-se afirmar que esta possui formato piriforme e globular, com tigelas hemisféricas, vasos duplos e bordas onduladas, geralmente em estética lisa sem acabamento ou decoração (Figura 1). Também são encontrados fusos, cachimbos e materiais líticos (lascas, machados, discos, quebra-cocos) associados aos sítios ceramistas Aratu. Com base nesses dados, e ao caracterizar a cerâmica Aratu, Prous, indica a não decoração como seu elemento diferencial, e ainda que este mesmo autor sugira ocasional e limitadamente a decoração corrugada, incisões ou banho, estes são entendidos apenas como adendos e, por isso, isolam ou fecham cada tradição em si e não trazem à luz informações de que os povos

---

<sup>28</sup> PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. – Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1992.

<sup>29</sup> Segundo Aguiar & Müller (2010), existe uma diferenciação na terminologia ao citar os povos Tupi-Guarani. Desse modo, “Tupi-Guarani” escrito com hífen refere-se à família linguística homônima do tronco Tupi; e “Tupiguarani” escrito sem hífen é utilizado para designar a tradição arqueológica.

indígenas do Brasil estavam em contato e realizavam algum tipo de troca. Apenas de maneira fortuita e com rara exceção, Prous (1992) abre possibilidades de contato e trocas entre os povos indígenas de tradições diferentes; tal como nas descrições da cerâmica Aratu no Espírito Santo:

No litoral capixaba, a cerâmica demonstra alguma influência Tupiguarani com a ocorrência, em certas fases, de banho vermelho, de decoração pintada (traços vermelhos sobre fundo branco) e porcentagem significativa de decoração plástica corrugada, ponteadada ou escovada (fase Itaúna). Tal fato talvez se explique pela reunião de remanescentes de vários grupos para resistir às pressões europeias. (PROUS, 1992, p. 347)

Outro exemplo dessas exceções encontradas no trabalho de Prous que abrem caminho para uma discussão de como o modelo das tradições fixas é limitante em face dos achados complexos e das incógnitas encontradas nos sítios arqueológicos, aparece com as semelhanças encontradas entre o material arqueológico de tradição Aratu encontrado na Bahia e as cerâmicas da Fase Mossâmedes, em Goiás, tais como: aldeia com disposição circular ao redor de uma praça; cerâmicas com bordas onduladas; bases perfuradas; e presença de vasos duplos pequenos (PROUS, 1992, pp. 349-350). Segundo o autor, os sítios estavam dispostos na parte superior de morros e cabeceiras de rios como um meio de se defenderem de inimigos, entre eles o Tupi-Guarani.

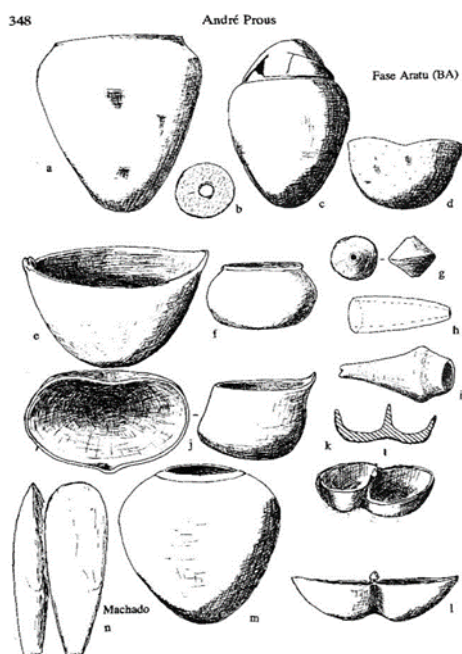


Figura 57. Indústria Aratu-Sapucaí. a-d) fase Aratu, BA: a, c) urnas funerárias. d) vaso de borda ondulada. (Segundo Calderón 1969 e 1974.) b) rodela de fuso de calcário. (Segundo Calderón 1971.) i) cachimbo de cerâmica, conservando a forma da fruta do jequitibá (BA). (Segundo Mattos s.d. "o uso do fumo...") g-h) região de Lagoa Santa. g) rodela de fuso de cerâmica. h) cachimbo tubular. (Coleção Walter) e, i, j-n: cerâmica de Itiá, MG. m) urna. e, j, k, l) vasos pequenos imitando formas vegetais. n) machado de quartzo translúcido encontrado em urna.

Figura 1: A cerâmica da tradição Aratu. PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. – Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 348.

A tradição Aratu encontrada entre Minas Gerais e Mato Grosso possui uma cerâmica cuja variante se denomina “Sapucai”, que também pode ser encontrada nos arredores do norte paulista em regiões de colinas e próximos de rios. Sendo classificada como uma cerâmica não decorada (às vezes com a presença de banho vermelho ou incisos), vasos menores de paredes finas com “bases perfuradas” que, segundo Prous, indicavam possíveis cuscuzeiros. Por sua vez, as urnas funerárias apontavam para um formato globular e não piriforme, sendo encontrados vários sepultamentos nos quais as urnas possuíam tampas. Encontram-se também nessa variante a presença de cachimbos decorados, e materiais líticos, entre eles: martelos cilíndricos picoteados e machados biconvexos/semilunares.

Na tradição Sapucaí, assim como na Fase Mossâmedes e no litoral capixaba acima citados, são encontradas variações nos estilos cerâmicos, mesmo que a tradição não aponte para isso. Na “Sapucai” também são encontrados alguns exemplos nos quais, “*Em poucos sítios (Sumidouro, Lapinha, Santa Margarida), alguns mostram uma influência Tupiguarani, sendo principalmente unguilados ou até pintados (...)*” (PROUS, 1992, p. 355). Outro grande ponto ressaltado pelo autor sobre essas variações ocorre com os sítios meridionais, entre as bacias do rio Grande em Minas Gerais e o Norte de São Paulo, onde evidências de convergências/difusões entre essas e outras tradições são encontradas, levando a um cenário complexo de ocupações humanas nessa região.

A próxima tradição apontada por Prous (1992, p. 358) acerca dos povos indígenas que habitavam o Brasil central é a Tradição “Uru” (Figura 2), encontrada na bacia do Araguaia e no Alto Tocantins. Essa tradição apresenta influência amazônica em suas fases, tais como: presença de engobo vermelho e apêndices na Fase Uruaçu; e a presença de bordas entalhadas na subfase Uru “C” (PROUS, 1992, p. 360). Uma das hipóteses apontada é a de que estes transmitiram para os Jês da fase Mossâmedes o conhecimento dessa influência amazônica. Os sítios arqueológicos analisados foram encontrados em regiões de transição entre a mata e cerrado, não sendo encontrados indícios de sepultamentos. Como a tradição “Uru” possui diversas subfases, existem momentos em que de fato são encontrados vestígios de cerâmica com engobo vermelho e entalhamentos. No entanto, a cerâmica apontada para essa tradição é uma cerâmica sem decoração, com fundo arredondado ou plano, bordas reforçadas e com sistemas de suspensão com fusos, além da presença de apêndices, assadores e cachimbos. Outra diferenciação nessa cerâmica aparece em seu antiplástico. De acordo com esse mesmo autor, além de fibras,

areia, mica e espículas vegetais, são encontrados vestígios de cariapé<sup>30</sup> trazendo à tona mais um indício de influência amazônica nessa tradição.

Exemplos disso também podem ser encontrados na etnologia. Quando nos anos 1930 Lévi-Strauss (1996)<sup>31</sup> esteve em uma aldeia Bororo (povos indígenas do tronco linguístico Macro Jê) ele apontou que as cerâmicas encontradas possuíam uma coloração preta e tinham o formato de “(...) *bacias hemisféricas e tigelas prolongadas no lado, à maneira de uma concha.*” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 212). Além disso, esse mesmo autor traz a informação de que em tempos passados a cerâmica Bororo era decorada, mas uma proibição religiosa fez com que estes abandonassem a técnica. Esta informação abre margem para outras interpretações acerca de como os povos indígenas do Brasil promoviam mudanças em suas técnicas de acordo com influências internas ou externas, e também nos dá respaldo para investigar os materiais “complexos” encontrados.

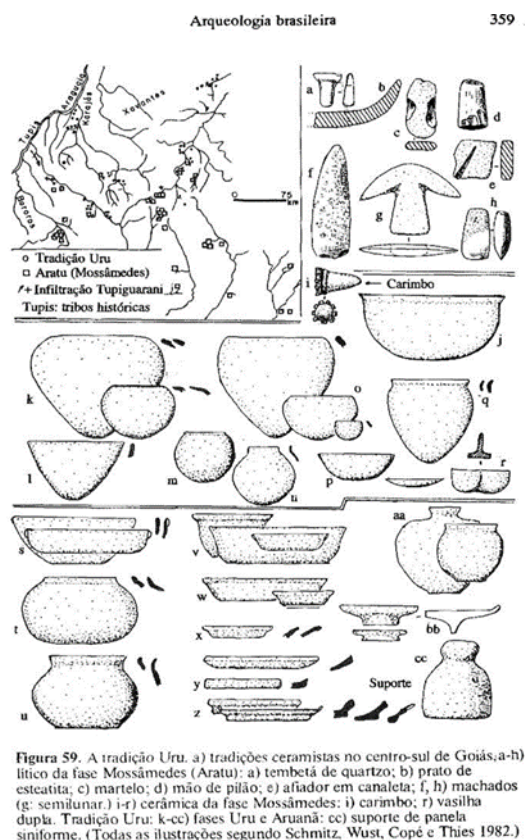


Figura 2: A Tradição Uru. PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. – Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 359.

<sup>30</sup> Segundo Carneiro (2009), o cariapé é a denominação dada para as cinzas de casca de árvores, especificamente a *Licania*, que produz como consequência de sua queima pequenos cristais de sílica. Sendo utilizadas por povos indígenas da região amazônica como antiplástico para a formação de seus vasilhames. – CARNEIRO, Robert L. “Cariapé” Um caso de padronização de erro em arqueologia. In: **Revista de Arqueologia**, v. 22, n. 1, (jan-jul. 2009): 9-13, 2009.

<sup>31</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. Sexta Parte: Bororo. In: **Tristes Trópicos** – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.187-230.

Em contraposição às culturas do Brasil central (PROUS, 1992, p. 333) vinculadas aos grupos proto-jês que migraram em direção ao centro-sul ocupando zonas de transição entre o cerrado e a mata atlântica, estão os grupos associados à tradição Tupiguarani. Tradicionalmente associados aos grupos da família linguística Tupi-Guarani do Tronco Proto-Tupi, esses grupos são comumente conhecidos por habitarem o litoral e a bacia do Prata (rios Uruguai e Paraná), mas o centro de origem tem sido palco de debate até o momento. Segundo Brochado (1989), em seu texto sobre *A expansão dos Tupi e da cerâmica de tradição policrômica amazônica*<sup>32</sup>, estes ocupavam um território de terras baixas, rodeando os planaltos brasileiros que eram habitados pelos falantes do tronco linguístico Macro-Jê. Dentre as diversas hipóteses sobre a origem de dispersão dos Tupis a mais aceita é a de que:

Os Tupi do alto Amazonas teriam portanto resultado de migrações rio acima de um povo que falasse uma língua muito próxima do Tupinambá. Os Tupinambá próprios teriam descido ao longo da costa do Atlântico, a partir da desembocadura do Amazonas, enquanto os Guarani teriam ocupado o sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai descendo do médio Amazonas ao longo do Madeira e do Guaporé. (BROCHADO, 1989, p. 68)

Sua cerâmica, antes de ser analisada pela arqueologia, aparecia em diversos relatos de cronistas e navegadores europeus que tiveram contato com indígenas proto-tupi e proto-guarani durante o início do período colonial. Prous (1992, p. 373) aponta que inicialmente havia uma tendência na arqueologia de se atribuir toda cerâmica pré-histórica (encontrada no Brasil e que não estava na bacia amazônica) aos Tupiguarani. Isso, segundo o autor, estaria relacionado ao fato dos Tupi-Guarani serem considerados mais “evoluídos” pelo olhar do europeu durante o século XVI.

Essa visão foi, felizmente, superada, e as decorações policrômicas e plásticas passaram a ser consideradas como o diferencial para o diagnóstico da cerâmica Tupiguarani. Assim, a tradição Tupiguarani passou a ser analisada por sua evolução cultural. Desse modo, a partir de 1970 o PRONAPA dividiu a tradição Tupiguarani em subtradições, sendo estas: a “subtradição pintada”, cuja decoração possuía pintura na

---

<sup>32</sup> BROCHADO, José Proença. **A expansão dos Tupi e da cerâmica de tradição policrômica amazônica**. – São Paulo: Dédalo, 27, 1989, p. 65-82.

porção superior da cerâmica; a “subtradição corrugada”, nesse momento a decoração corrugada sobrepunha a pintada; e a “subtradição escovado”, que estava ligada a sítios com influência europeia em sua cerâmica. No entanto, “*aos poucos passou-se a considerar que as subtradições representavam mais aspectos regionais do que uma sucessão cronológica.*” (PROUS, 1992, p, 372). A perspectiva de evolução cultural foi abandonada e a partir disso surgiram as denominações “prototupi” (encontrada em áreas litorâneas, setentrionais em SP e no Nordeste) e “proto guarani” (encontrada em áreas meridionais) como divisões regionais.

Sendo encontrados em territórios que possuíam condições ecológicas similares, os grupos de tradição cerâmica Tupiguarani procuravam regiões secas, próximas de rios navegáveis e zonas de mata, acompanhando a rede hidrográfica principal e expulsando outros povos que encontravam no caminho.

Com efeito, o ambiente de 96% dos sítios é de mata pluvial litorânea, de mata pluvial tropical ou subtropical encontrada nos grandes vales meridionais ou nas zonas onduladas do centro-sul, ou ainda nas matas ciliares (que acompanhavam os rios) e no cerrado nas regiões algo mais secas. (PROUS, 1992, p. 373)

Segundo Aguiar & Müller (2010) em seu texto sobre *Cultura material e identidade étnica Guarani*<sup>30</sup>, “*a cerâmica tinha uma dupla função social, ora ritualística pelo emprego de rituais religiosos e nos enterramentos, ora na prática no preparo e estocagem de líquidos e alimentos.*” (AGUIAR & MÜLLER, 2010, p 162) e por isso, as urnas Tupiguarani, diferentemente das urnas Aratu, possuíam um formato semelhante às igaçabas (recipientes utilizados para armazenar água) e eram menores em tamanho e forma. Quanto a presença de líticos em sítios ligados a tradição Tupiguarani, Prous (1992) aponta que estes usavam mais a madeira ao invés da pedra, pois vivam em regiões de matas pluviais ou ciliares, sendo encontrados em sua maioria artefatos de cerâmica. Além disso, “*todas as formas tradicionais de decoração podem ser encontradas nas urnas e suas respectivas tampas, principalmente decoração pintada, corrugada ou lisa, sendo que a tampa e a urna podem apresentar tratamento diferente.*” (PROUS, 1992, p. 385).

Segundo Brochado (1980) em seu texto sobre *A Tradição Cerâmica tupiguarani na*

*América do Sul*<sup>33</sup>, a cerâmica ligada a tradição arqueológica Tupiguarani (Figura 3) seria caracterizada por uma técnica de acordelamento, com decorações plásticas ou pintadas, sendo que

As únicas formas características comuns a tradição praticamente em todo tempo e lugar, são tigelas em forma de calota de esfera e os vasos esferoides com bordas extrovertidas. São também características as bordas de perfil cambado e reforçadas externamente e a ausência de elementos de prensão, como alças ou asas. (BROCHADO, 1980, p. 49)<sup>34</sup>

Prous (1992) completa estas características já apontadas por Brochado acrescentando que a decoração policrômica (Figura 1) desta tradição possui traços lineares e fundo engobado, sendo feita na parte externa da cerâmica. Outro ponto ressaltado seria a presença de caco moído no antiplástico, sendo este considerado um diferenciador cultural. Nesse sentido, o autor ressalta que caso sejam encontradas cerâmicas decoradas que não possuam caco moído em seu antiplástico, estaríamos diante de um caso de tupinização/guarinização cultural, ou seja, uma apropriação do estilo e modo de fazer a cerâmica externamente como os Tupis. A decoração pintada pode ser encontrada em grandes peças - vasos como as igaçabas, e a sua pigmentação é aplicada antes da queima; a decoração corrugada é a mais encontrada entre os artefatos; já “(...) *outra formulas de decoração plástica, apesar de numerosas, nunca alcançam forte popularidade: são o ponteadado, inciso, acanelado, digitado, digitungulado, nodulado, pinçado e beliscado, e rotulado.*” (PROUS, 1992, p, 393)

Como citado anteriormente, mesmo que pouco presente os materiais líticos mais comuns encontrados na tradição Tupiguarani seriam o lascado e artefatos polidos como os machados “petaloides”. Porém, Prous (1992, p. 401), assim como ao propor processos de guarinização/tupinização, novamente ressalta a presença de trocas culturais e interações entre os povos indígenas do Brasil ao citar que era comum encontrar machados semi-lunares, típicos dos grupos Jê, entre os achados arqueológicos Tupiguarani, simbolizando trocas e locais de difusão cultural. Retomando o texto de Brochado (1989)

---

<sup>33</sup> AGUIAR, Rodrigo L. S.; MÜLLER, Aline M. Cultura material e identidade étnica Guarani. In: AGUIAR, R., OLIVEIRA, J. e PEREIRA, L. (Org.) **Arqueologia, etnologia e etno-história em Íberoamérica: fronteiras, cosmologias e antropologia em aplicações**. – Dourados: EdUFGD, 2010.

<sup>34</sup> BROCHADO, José Proenza. A Tradição Cerâmica tupiguarani na América do Sul. In: **Revista Clio**, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco v. 3, n. 1, 1980, pp. 47-70.

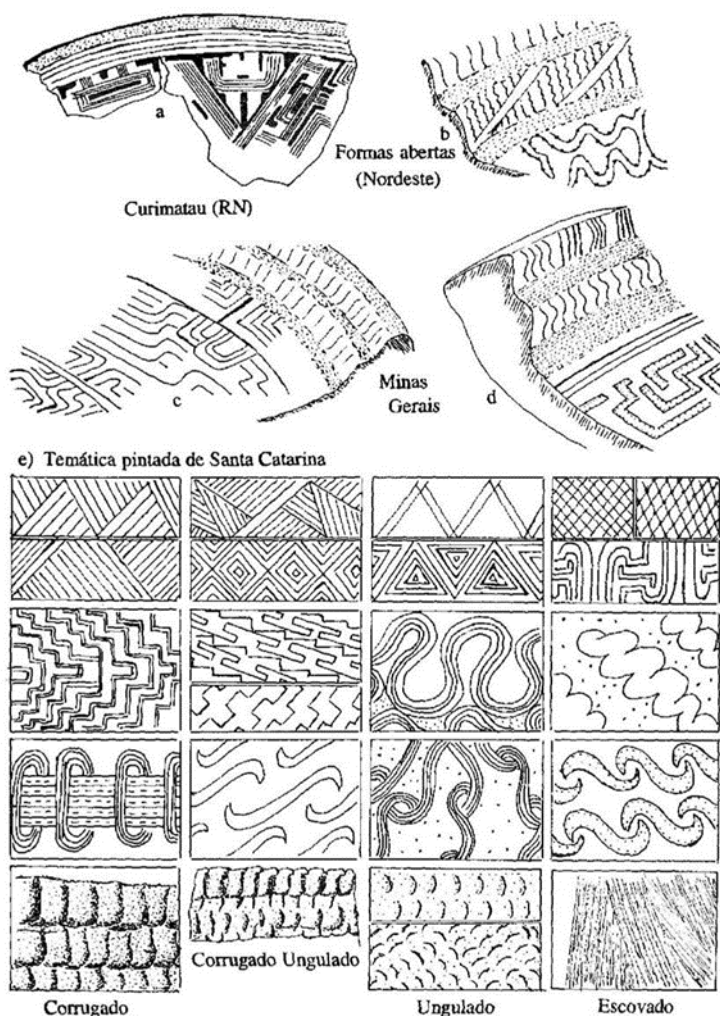


sobre *A expansão dos Tupi e da cerâmica de tradição policrômica amazônica* temos a informação de que, após a chegada dos europeus, o estilo hostil Tupi-Guarani se modificou, pois a crescente competição por recursos limitados os forçou a buscar locais mais afastados e possivelmente gerou relações de troca com outros povos.

“Os movimentos dos Tupis muitas vezes se inverteram e passaram a ter duas causas diferentes, mas muitas vezes concomitantes: 1) a ocupação de suas terras, forçando a emigração e 2) o preenchimento de áreas cujos ocupantes indígenas anteriores tinham sido destruídos atraindo a imigração.” (BROCHADO, 1989, p. 77)

394

André Prous



**Figura 65.** Padrões de pintura tupiguarani. a-b) decoração da fase Curimataú, RN (Museu da UFRN.) Notar os traços grossos e retos típicos da fase. c-d) cerâmica mineira (?). Coleção Mattos, Museu de História Natural da UFMG.) e) padrões pintados da ilha de Santa Catarina, SC. (Apud Schmitz 1959.) f-i) decoração plástica.

É com base no duplo cenário até aqui desenhado que estaremos aptos a pensar as ocupações humanas em um contexto concreto e específico: o vale do alto Mogi-Guaçu. Primeiro porque foi a partir do quadro geral acima desenhado das tradições que foram classificados os sítios arqueológicos nessa região. Segundo porque esses sítios também parecem propor, ao contrário daquelas tradições fixas, um cenário complexo de movimentações, trocas e contatos entre povos e tradições. Assim, com base neles estamos seguros para passar à apresentação dos dados arqueológicos no vale do alto Mogi-Guaçu que é, afinal, objeto desta pesquisa.

## Capítulo 2 – A Arqueologia do Centro-norte Paulista

### 2.1 - Pirassununga (SP) e sua complexidade arqueológica

Situada na região nordeste do estado de São Paulo, o município de Pirassununga tem sido palco de uma grande incógnita arqueológica. Pesquisas feitas na cidade pelo então biólogo Manuel Pereira de Godoy (1974) resultaram na descoberta de cerca de cinco sítios arqueológicos ceramistas (Figura 4) que traziam à tona a ancestralidade indígena da região. Todos os vestígios encontrados foram estudados por Godoy e publicados em seus dois tomos sobre a história do município denominados *Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga*<sup>3536</sup>. Desde então, seguindo o trabalho deste pesquisador sabia-se que “*Os primeiros humanos foram, provavelmente, índios da grande família Tupi-Guarani, que aqui chegaram por volta de 1625 e aqui permaneceram até o ano de 1880 (cerca de 255 anos de ocupação).*” (GODOY, 1974, p. 149). Ainda de acordo com este autor, a zona de ocupação desses grupos teria sido as áreas dos atuais municípios de Rio Claro, Pirassununga, Porto Ferreira, Mogi Mirim e Mogi Guaçu, iniciando a ocupação em Piracicaba, pois os vestígios encontrados nessas regiões possuíam grande semelhança.

Baseando-se em fontes orais e arqueológicas, Godoy criou um amplo material para a região, cujos vestígios consistiam em peças de cerâmica (Figura 5), materiais líticos, cachimbos, pilões, pontas de flecha que foram reunidos em coleções, sendo doadas para alguns museus ou fazendo parte do museu particular que o próprio Godoy mantinha em sua residência.

---

<sup>35</sup> GODOY, Manuel P. *Contribuição à História natural e geral de Pirassununga*. V. 1, São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga, 1974.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_ *Contribuição à história natural e geral de Pirassununga* – São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga. V.2, 1975.



Fig. 119 - Município de Pirassununga com as localizações principais da ocupação Tupi-Guarani entre + ou - 1625 e + ou - 1880, conforme os achados arqueológicos.

Figura 4: Achados arqueológicos. GODOY, Manuel Pereira de. **Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Município de Pirassununga** – S. Paulo – Brasil., 1974, P. 154

Durante a construção de uma nova ponte de concreto para a SP- 201, cruzando o Rio Mogi Guaçu próximo ao distrito de Cachoeira de Emas, em Pirassununga (2007), foi realizado um trabalho de resgate arqueológico pela empresa *Zanettini Arqueologia*<sup>37</sup>, proporcionando a descoberta de novos sítios arqueológicos ceramistas na região. Utilizando uma parte deste trabalho em sua dissertação de mestrado, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Camila Azevedo Moraes<sup>38</sup> aborda questões sobre dois sítios arqueológicos encontrados que aparentemente apresentavam características distintas. Moraes percebeu que, enquanto o sítio arqueológico "Cachoeira de Emas II" corroborava com as hipóteses já demonstradas pela pesquisa de Godoy (1974), trazendo artefatos ligados à tradição Tupiguarani o sítio

<sup>37</sup> ZANETTINI, Paulo Eduardo; MORAES, Camila A. **Programa Arqueológico de Resgate Ponte de Concreto sobre o Rio Mogi Guaçu (Cachoeira de Emas) Município de Pirassununga, São Paulo: Relatório Final.** Zanettini Arqueologia, novembro de 2006.

<sup>38</sup> MORAES, Camila Azevedo. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo da variabilidade artefactual.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2007.

arqueológico “Cachoeira de Emas I” apresentava vestígios difusos; ou seja haviam características associadas a outra tradição arqueológica que não a Tupiguarani.

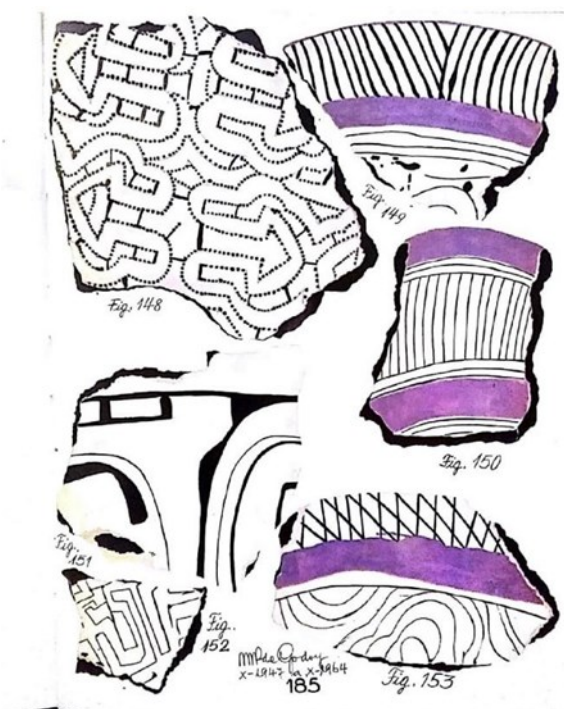


Figura 5: Vestígios da cerâmica tupiguarani. GODOY, Manuel Pereira de. **Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Município de Pirassununga** – S. Paulo – Brasil., 1974, P. 185.

Neste sentido, a pesquisadora aponta no relatório final do programa de resgate feito com a empresa *Zanettini Arqueologia* (2006) que os materiais encontrados no sítio arqueológico “Cachoeira de Emas I” apresentavam “(...) características estilísticas bastante diferenciadas da cerâmica relacionada aos povos Tupi (...)” e que “A maior parte dos fragmentos é lisa, sem decoração, com superfícies pardas, marrons e escuras, por vezes brunidas.” (MORAES & ZANETTINI, 2006, p. 42). A partir dessa descoberta o sítio arqueológico foi tecnicamente classificado como “complexo”, pois além de apresentar vestígios arqueológicos da tradição Tupiguarani já aclamada na região, os dados difusos não eram numericamente significantes para realmente classificar essa nova cerâmica encontrada como ligada a outra tradição arqueológica.

No entanto, no caso de Pirassununga (SP), já haviam evidências, mesmo que sutis, de relações de contato entre tradições e grupos diferentes. A primeira evidência já aparece com o trabalho pioneiro desenvolvido na região. Godoy (1974) cataloga entre seus achados arqueológicos o que seria denominado como um “machado-âncora” ou “semi-lunar” (Figura 6) e isto fez com que o pesquisador dedicasse algumas páginas do seu

trabalho criando hipóteses sobre o que um material tipicamente ligado aos povos Jê estaria fazendo num local que ele tão bravamente estava classificando como habitado pelos Tupi-Guarani.

Como os achados cerâmicos e de pintura, a nomenclatura herdada de plantas, de animais e de locais geográficos, referentes a Pirassununga, pertencem a cultura Tupi-Guarani, o encontro de tais machados-âncora, no mesmo nível dos achados citados acima, nos faz pensar em três possibilidades: 1ª – existiu no local e proximidade da antiga “Pirá sununga”, antes da ocupação Tupi-Guarani, que ocorreu a partir de mais ou menos, 1625, uma ocupação cultural ‘Gê’; 2ª – os Tupi-Guarani locais obtiveram tais machados-âncora através de intercâmbio com tribos ‘Gê’; 3ª – os Tupi – Guarani locais obtiveram tais machados-âncora como troféus, após combates com índios ‘Gê’.” (GODOY, 1974, p. 198)

Sabendo que as cerâmicas pintadas, e os outros artefatos catalogados por Godoy (1974) se situavam no mesmo nível arqueológico em que o machado semi-lunar foi encontrado, podemos chegar à conclusão de que o machado coexistia temporalmente e era utilizado pelos Tupi-Guarani que habitaram a região, que segundo Godoy, ocorreu a partir de 1625. Corroborando com esta hipótese temporal, a datação feita dos materiais arqueológicos encontrados durante o resgate feito pela empresa Zanettini Arqueologia (2007) apontava que

O sítio ‘Cachoeira de Emas I’ apresentou datação de 510+/-70 anos antes do presente (Amostra de LVD 1657) enquanto o sítio ‘Cachoeira de Emas II’ apresentou a datação de 450+/- 60 anos (Amostra LVD 1658), evidenciando uma possível situação de interação cultural entre grupos ceramistas diferenciados. (ZANETTINI & MORAES, 2006, p. 71)

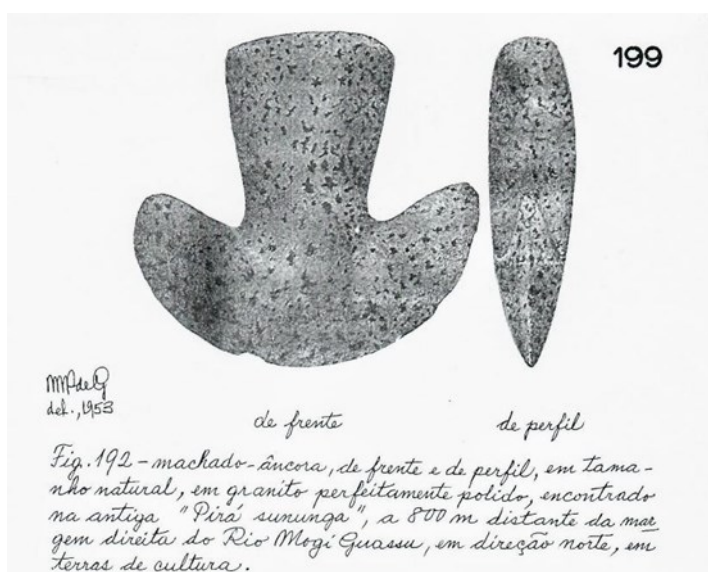


Figura 6: Machado-âncora. GODOY, Manuel Pereira de. **Contribuição para a história natural e geral de Pirassununga. Município de Pirassununga – S. Paulo – Brasil, 1974, P. 199**

Visando, portanto, a ideia de interação cultural, não podemos saber ao certo se ele esteve nas mãos dos Tupi-Guarani que habitaram a região entre os séculos XVII-XIX ou se ele é fruto de diversos contatos entre os povos da região central do Brasil, principalmente os Jê que durante o período estavam se movimentando pelo centro-norte paulista.

A segunda evidência aparece como um breve adendo no livro de Prous (1992) sobre a *Arqueologia Brasileira* ao ressaltar uma curiosidade a respeito da região de Pirassununga(SP),

“No estado de São Paulo só se conhece a presença de uma cerâmica aparentada, assinalada por Pereira Jr. É talvez em razão dessa expansão para o sul dos portadores da cerâmica Aratu que pode ser encontrada perto de Pirassununga (SP), o coqueiro babaçu (*Orbignya martiana*), cujo habitat é o Brasil central e nordestino. Para Feri, sementes teriam sido trazidas por indígenas durante duas migrações.” (PROUS, 1992, p. 358)

Segundo o autor, a presença desta palmeira no local seria fruto de migrações indígenas que teriam saído da região do Brasil central. Pesquisando um pouco mais sobre o coqueiro babaçu, chega-se à conclusão de que essa hipótese é válida, pois, segundo Ferreira(2011) em seu texto sobre *O total aproveitamento do Coco Babaçu (Orbignya oleífera)*<sup>39</sup>, “(...) a palmeira do coco babaçu é de origem brasileira, encontrada na região amazônica e mata atlântica do estado da Bahia, sendo uma planta nativa da região de transição entre o cerrado, a mata atlântica e o semiárido nordestino brasileiro.” (MACHADO apud FERREIRA, 2011, p. 1). Desse modo, a presença do coqueiro babaçu na região, além de comprovar uma manipulação da vegetação local, possibilitava a manutenção de alimentos já conhecidos pelos povos que habitavam o Brasil central. Atualmente o movimento não governamental das Mulheres quebradeiras de coco/ mulheres do babaçu, tem desenvolvido o processo de extrativismo dessa matéria prima em meio a diversas lutas sociais, e por meio delas sabe-se, a partir do trabalho desenvolvido por Barbosa (2013) dentre as *Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimento social no Maranhão*<sup>40</sup> que estas mulheres são advindas de diversas esferas sociais (do campo, quilombolas e indígenas). Nesse sentido podemos conceber que um

<sup>39</sup> FERREIRA, Antonio Marcos Neres. **O total aproveitamento do Coco Babaçu (Orbignya oleífera)**. – Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, 2011.

<sup>40</sup> BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. – Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

certo conhecimento ancestral acerca do cultivo dessa matéria prima pode ter sido passado para algumas dessas mulheres quebradeiras de coco indígenas, assim, acreditar na probabilidade dele ter sido cultivado na região de Pirassununga (SP) pelo indígenas que estavam se movimentando desde o Brasil Central em direção ao interior do atual estado de São Paulo. Outro ponto para a facilidade do cultivo na região ocorre pois, Pirassununga (SP) é uma grande área de transição entre o cerrado e a mata atlântica paulista, sendo classificado como uma zona ecótono. O termo “ecótono” é usado, segundo Milan & Moro (2016) no texto *O conceito biogeográfico de ecótono*<sup>41</sup> como definição de zonas de tensão ou transição entre dois ecossistemas distintos, em que:

A tensão implica reconhecer que ambos os ecossistemas interferem um sobre o outro, através de competição direta, por exemplo, com diferentes taxas de reprodução e crescimento, tolerância e taxa de recuperação aos distúrbios, entre outros atributos que intervêm para configurar a preponderância de um ou outro ecossistema. O resultado pode ser uma transição, uma modificação estrutural e funcional dos ecossistemas na zona de contato (NEIFF, apud MILAN & MORO, 2016, p. 77)

## ***2.2– As interações culturais desenvolvidas na região***

Com o trabalho de Godoy (1974), já sabemos que a região de Pirassununga teria sido ocupada pelos Tupi-Guarani, a partir de 1625, seguindo a teoria de que:

Provavelmente, um grupo Tupi-Guarani que entrou pelo sul do Estado, continuou na sua marcha, atingiu a região do atual Rio Piracicaba, continuou até chegar ao vale do Mogi Guassu; então toda a região compreendida entre Piracicaba, Rio Claro, Porto Ferreira e até Mogi Mirim e Mogi Guassu foi ocupada por volta de 1625, como o grande território de caça, pesca, de obtenção de recursos naturais para o citado grupo Tupi-Guarani, pois, todos os materiais líticos (machados, martelos, raspadores, pilões, pontas de lanças e de flechas, etc.), a cerâmica, os desenhos e os rituais funerários são semelhantes entre si em toda a mencionada região (...). (GODOY, 1974, P. 151-152)

Entretanto, com as análises recentes feitas por Zanettini e Moraes (2006) tanto no Município de Pirassununga (SP) ao constatar o caráter complexo de um dos sítios arqueológicos, quanto em outras regiões seguindo no sentido centro norte paulista acarretaram na descoberta de um possível eixo de confluência entre outros povos

---

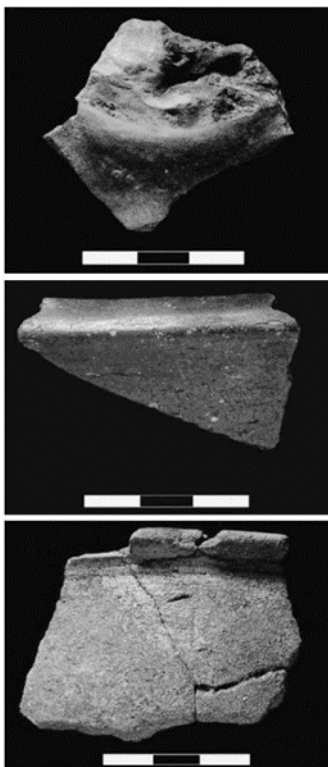
<sup>41</sup> MILAN, Elisana & Moro, Rosemeri Segecin. **O conceito biogeográfico de ecótono**. In: Revista Terra Plural, v. 10, n.1, - Paraná: Ponta Grossa, jan/jun 2016, pp. 75-88.



indígenas que estavam migrando no sentido centro-sul do Brasil. A primeira semelhança a ser destacada ocorre entre os vestígios arqueológicos encontrados no sítio “Cachoeira de Emas I” (Pirassununga – SP) e no sítio “Água Branca” (Casa Branca – SP). Casa Branca se situa a cerca de 50 km seguindo sentido nordeste de Pirassununga, e os sítios arqueológicos analisados por Afonso e Moraes (2005/2006) no trabalho sobre *O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo*<sup>42</sup> estavam próximos à bacia do Rio Pardo. Dentre os vestígios encontrados nos três sítios arqueológicos analisados pelas pesquisadoras estavam cerâmicas com predomínio de técnica acordelada e superfícies alisadas, artefatos líticos e lascados (Figura 7). A classificação desses sítios analisados tornou-se um pouco complicada devido à presença de um grande fluxo de objetos, apontando que ou havia muito contato entre os povos que habitavam a região ou realmente ocorreu no local um grande sistema de povoamento em que haviam povos ligados às tradições Aratu-Sapucaí, Tupiguarani e Uru (AFONSO & MORAES, 2005/2006, p. 68).

---

<sup>42</sup> AFONSO, M.C.; MORAES, C.A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2005-2006, 15-16: pp.59- 71.



*Figs. 2-4 – Parede com aplique, borda expandida com superfície brunida e borda extrovertida com engobo vermelho externo.*

Figura 7: Paredes com aplique, Sítio Água Branca. AFONSO, M.C.; MORAES, C.A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2005-2006, 15-16: pp.59-71.

Seguindo agora no sentido noroeste de Pirassununga, a cerca de 250 km, para o município de Olímpia (SP) diversos sítios arqueológicos já foram analisados próximos a bacia hidrográfica dos rios Turvo e Grande a partir do trabalho de resgate arqueológico desenvolvido novamente pela empresa *Zanettini Arqueologia* (2008)<sup>43</sup>. Com a análise do material coletado, foi possível classificar que as cerâmicas estavam, como em Casa Branca, relacionadas às tradições Tupiguarani, Aratu-Sapucaí e Uru, e que em alguns casos foram encontrados vestígios de estéticas híbridas envolvendo mais de uma tradição (Figura 8). Vale ressaltar também o grau de proximidade entre esses sítios arqueológicos de tradições supostamente distintas, pois tanto em Pirassununga (SP), como em Casa Branca (SP), os sítios analisados estavam a cerca de 500 m à 2km de distância um do outro, sendo que em Casa Branca e Olímpia foram encontrados vestígios difusos simbolizando uma possível relação de troca entre esses povos, tal como aparece na figura

<sup>43</sup> ZANETTINI, Paulo Eduardo; MORAES, Camila A. **Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico na Área da Usina Guarani S/A Açúcar e Álcool (Usina Cruz Alta – Unidade III), Municipiade Olímpia**, São Paulo: Relatório Final. Zanettini Arqueologia, outubro de 2008.

abaixo, na qual a forma piriforme Aratu-Sapucaí é pintada na forma da estética Tupiguarani.



Figura 8: Urna pintada e piriforme encontrada em sítio de Tradição Aratú-Sapucaí, em Olímpia – Sítio Maranata. Fonte: ZANETTINI ARQUEOLOGIA Ltda. **Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico na área da Usina Guarani s/a (Usina Cruz Alta – Unidade III). Município de Olímpia, Estado de São Paulo. Relatório Final, 2008, p. 31.**

Em face desses dados, podemos chegar a formação de um grande mapa de interações que possibilitam a compreensão dos contextos arqueológicos complexos de Pirassununga (SP) a partir de sua relação com o contexto regional. Neste caso, e como acima mencionado, a existência de sítios de ocupação pertencentes à tradições arqueológicas diferentes e a existência de vestígios híbridos, sugerem a região centro norte paulista como área de confluência e estabelecimento de rede de contatos entre grupos distintos. Do ponto de vista dos dados arqueológicos, Godoy (1974) já sugeriu, uma suposta migração Tupi-Guarani desde a bacia Paraná-Paraguai em direção ao interior do atual estado de São Paulo. Brochado (1989) confirma essa tese ao informar como a influência do elemento não indígena na região do sul do Brasil foi um dos motivos para os Tupi-Guarani terem mudado sua rota de ocupação e migrarem para o norte, em direção à região Sudeste, pois *“a competição pelos recursos limitados forçou as comunidades a se*

*afastaram, buscando sempre, porém, o mesmo nicho ecológico (...)*” (BROCHADO, 1989, p. 79). Nesse mesmo sentido sul e entrando pelo oeste paulista, podemos considerar também movimentações de grupos Kaingang (grupos dos Jê meridionais do tronco linguístico Macro-Jê), historicamente conhecidos como Guayaná<sup>44</sup> (MANO, 2018). Em outro sentido, agora norte-sul, os dados de Prous (1992) também apontam uma movimentação e uma possível migração de grupos desde o Brasil central que podem ser verificados nos vestígios da tradição Aratu-Sapucaí encontrados em áreas de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e norte de São Paulo. A isso se soma, ainda, e como já mencionado, a grande peculiaridade dos sítios meridionais entre a bacia do rio Grande em Minas Gerais e o Norte Paulista, que apresentavam zonas de convergência/ difusão cultural.

Percebe-se, então, que ao se desenvolver as tradições para classificar as cerâmicas produzidas pelos diferentes povos indígenas no Brasil e usá-las para pensar as ocupações do alto Mogi-Guaçu, cai-se num modelo fechado e fixo. Nele, as variações de técnicas, materiais e estilos cerâmicos em uma mesma ocupação são vistas como fases ou, quando muito, como intrusões, mas nunca como resultado das interações entre esses povos seja portroca, guerra, rapto ou relações de parentamento. No lugar dos modelos fechados, fixos, devem brotar modelos abertos, dinâmicos, que permitam pensar os sítios ou vestígios “complexos” em análise como prova material e fruto de interações as mais variadas.

### ***2.3 - Mapa de Interações***

Enquanto Brochado (1989) aponta para uma certa organização dos povos indígenas perante um nicho ecológico específico, Barth (1998) em seu texto *Grupos étnicos e suas fronteiras*<sup>45</sup> teoriza a ideia de “interdependência ecológica”, que ocorre com os nichos ecológicos de adaptação entre populações culturalmente distintas. Nesse caso, o autor nos demonstra que mesmo ocupando nichos distintos, grupos étnicos entram em competição entre si por estarem ocupando uma mesma área, assim, surgirão relações comerciais, políticas ou até uma relação de

---

<sup>44</sup> MANO, Marcel. Memória e Esquecimento: Formação histórica e ocupações humanas no centro norte paulista. In: **Revista Brasileira Multidisciplinar (ReBraM)**, v. 21, n.3, 2018, pp. 59-69.

<sup>45</sup> BARTH, Frederik K. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. – São Paulo: UNESP, 1998.

interdependência simbiótica por habitarem o mesmo local.

Levando isto em consideração, a problemática em torno do distrito de Cachoeira de Emas, em Pirassununga (SP), poderia ser explicada pelos diversos nichos ecológicos da região. Desse modo, utilizamos das informações levantadas durante as pesquisas de Godoy (1974) e Moraes (2007) para compreender a localização dos sítios arqueológicos encontrados e como estes se dispuseram perante a vegetação local. O primeiro mapa analisado foi um croqui feito por Godoy, em 1974, denominado “*Achados Arqueológicos do Município de Pirassununga – SP*” (já esboçado acima pela “Figura4”), no qual vemos, mesmo que em escala menor, a localização dos cinco sítios arqueológicos que encontrou. Desses cinco sítios, quatro se encontram no distrito de Cachoeira de Emas, se dispondo em pares em cada margem do Rio Mogi-Guaçu; já o último sítio arqueológico encontrado e diagnosticado por Godoy, localiza-se na foz do Rio Jaguari-Mirim (Rio que desemboca no Rio Mogi-Guaçu) estando assim, um pouco mais distante dos outros sítios encontrados, porém não deixando de ser relevante para a compreensão da disposição e possível migração dos povos indígenas para aquela região.

O segundo mapa analisado foi organizado por Zanettini & Moraes (2007) e recebe o nome de “*Complexo Cachoeira de Emas*” (Figura 9). Tendo como base cartográfica a projeção do IBGE de 1983 sobre a região do Distrito de Cachoeira de Emas, este mapa traz ocorrências arqueológicas investigadas durante o resgate feito para a construção da nova ponte de concreto que cruzaria o Rio Mogi-Guaçu, além disso Zanettini & Moraes (2007) generalizam grandes áreas quadriculadas neste mapa como os locais em que Godoy teria encontrado seus registros arqueológicos. Condensando esses dois mapas, em um mapa de vegetação, foi desenvolvido para esta pesquisa um novo mapa intitulado “*Localização de Ocorrências e Sítios Arqueológicos em Áreas de Cerrado e Mata Atlântica no Município de Pirassununga (SP)*” (Figura 10). Nele informamos as diversas ocorrências arqueológicas encontradas, além da vegetação típica de cada área, e os rios principais da região.

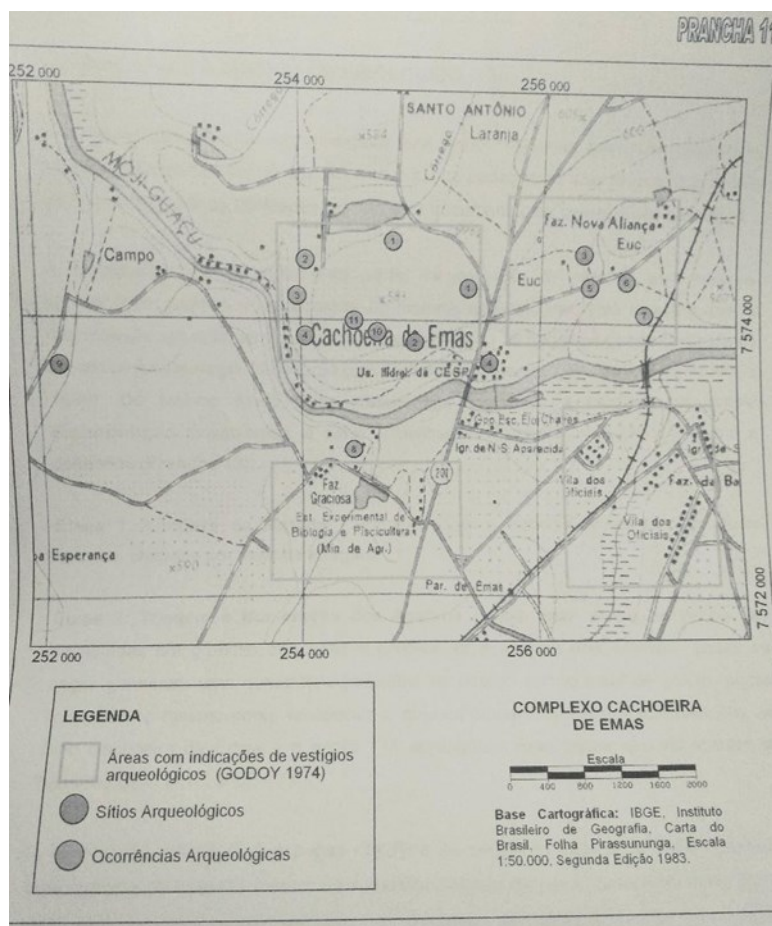


Figura 9: “Complexo Cachoeira de Emas”. ZANETTINI, Paulo Eduardo; Moraes Camila A. **Programa arqueológico de resgate ponte de concreto sobre o Rio Mogi Guaçu (Cachoeira de Emas) Município de Pirassununga**, São Paulo, 2006, P. 32.

Os povos indígenas brasileiros, além de serem identificados e classificados por suas manifestações culturais, também são caracterizados pelo seu nicho ecológico, ou seja, como os Jês meridionais ocuparam regiões típicas do planalto central brasileiro segundo Cunha (1993), estes procurariam locais cujo clima e vegetação se assemelham a estas ocupações primárias. A mesma coisa estaria relacionada aos Tupi-Guarani, que segundo Brochado (1989), teriam descido do Amazonas e ocupado a região de planícies alagadas do Paraná-Paraguai-Uruguai, cuja vegetação seria tipicamente densa, ou seja, locais em que haviam grandes florestas de mata atlântica.

Mas este não é o caso com os achados arqueológicos analisados do distrito de Cachoeira de Emas, pois os sítios arqueológicos caracterizados como pertencentes a tradição arqueológica Tupiguarani estão localizados tanto em regiões ecótonos, quanto em regiões de Cerrado e de Mata Atlântica. Além disso, o sítio arqueológico complexo, denominado “Cachoeira de Emas I”, que apresenta vestígios advindos possivelmente da tradição arqueológica Aratu-Sapucai, está localizado próximo a um grande córrego acima da margem direita do Rio Mogi-

Guaçu e, segundo as informações coletadas no mapa, o local é de uma abrangente manifestação do bioma da Mata Atlântica.

Para compreendermos melhor como essas interações podem ter se desenvolvido em pequena e longa escala, foram analisados primeiramente todos os pontos em que foram encontrados sítios arqueológicos no município de Pirassununga (SP), inclusive relatos orais de possíveis sítios que ainda não foram investigados, como é o caso dos diversos relatos sobre a presença de materiais arqueológicos dentro da Fazenda da Aeronáutica (simbolizada no mapa como a área quadriculada vermelha) que se localiza às margens do Rio Mogi-Guaçu.

Dentre os cinco sítios arqueológicos analisados e datados por Godoy (1974) que possuem um enclivamento para a tradição arqueológica Tupiguarani (apontados no mapa da Figura 11 como o triângulo “verde-água”/ciano), percebe-se que somente o sítio arqueológico encontrado próximo a foz do Rio Jaguari-Mirim se encontra em área de cerrado; Godoy (1974) ainda assinala em seu mapa diversas outras localizações de ocorrências arqueológicas que não foram classificadas e analisadas por ele e estas também foram dispostas no novo mapa (simbolizada como o triângulo “vermelho”). Assim, podemos compreender a amplitude de manifestações arqueológicas no município de Pirassununga (SP) e renovar esse olhar investigativo para as outras áreas do Norte Paulista que também demonstram complexidades arqueológicas.



**Mapa 1 - Localização de Ocorrências e Sítios Arqueológicos em Áreas de Cerrado e Mata Atlântica no Município de Pirassununga (SP)**

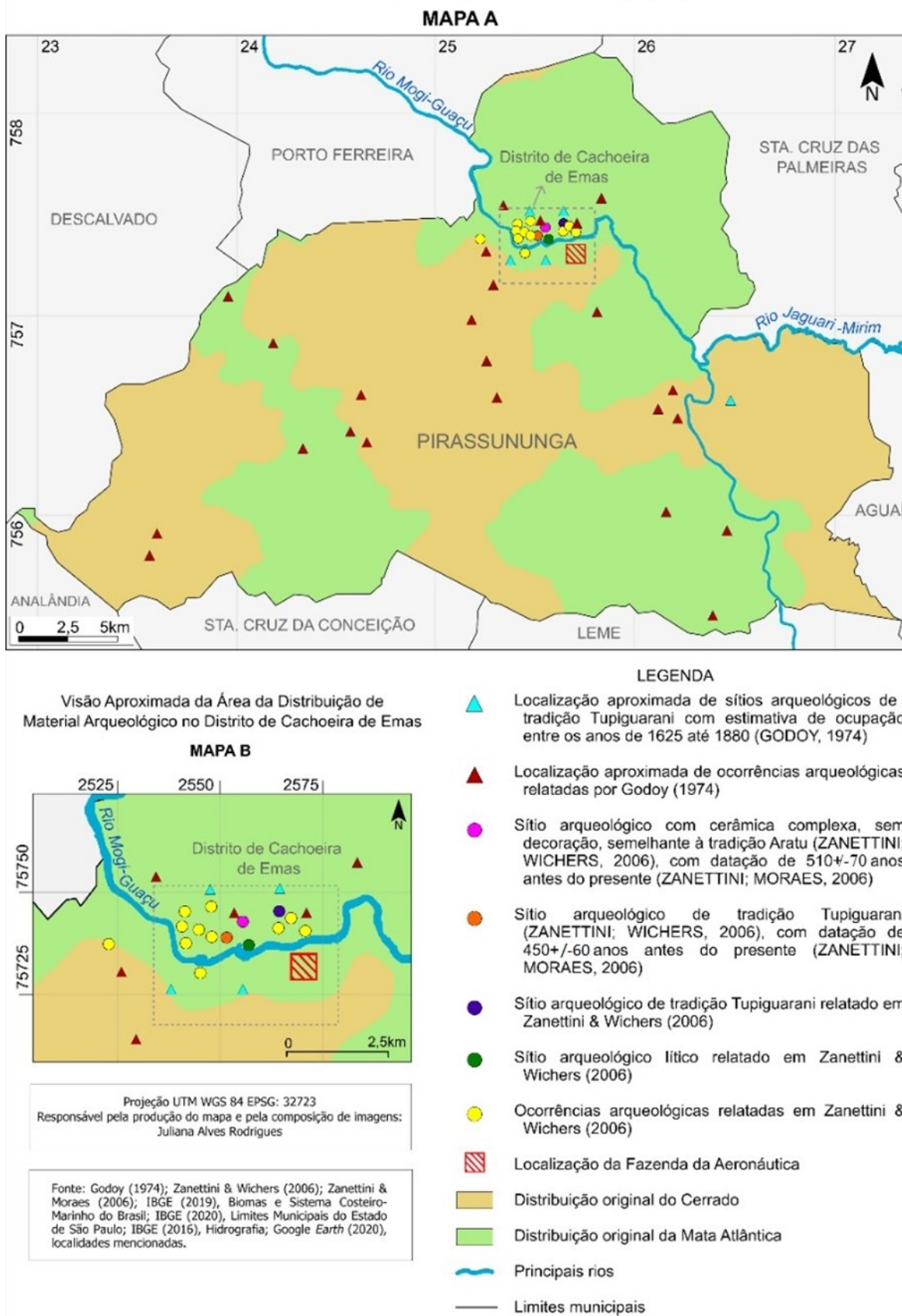


Figura 10: RODRIGUES, Juliana A, & GOBESSO, Giovanna B. Localização de Ocorrências e Sítios Arqueológicos em Áreas de Cerrado e Mata Atlântica no Município de Pirassununga (SP), 2021.



O mesmo exercício de análise da localização e nicho ecológico foi feito com as descobertas de Zanettini & Moraes (2006), dessa vez a maioria das descobertas são encontradas em áreas de Mata Atlântica, inclusive o sítio arqueológico “Cachoeira de Emas 1” (simbolizado no mapa por uma bola roxa) que inicia toda essa problemática complexa no município ao trazer evidências de uma cerâmica lisa e sem decoração que seguiria os parâmetros da tradição Aratu-Sapucaí. Também são diferenciados neste mapa o sítio arqueológico mais analisado por Zanettini & Moraes (2006) em sua pesquisa, denominado “Cachoeira de Emas 2” (simbolizado por uma bola laranja) cuja tradição Tupiguarani é amplamente reconhecida em todos os vestígios coletados; ademais outro sítio com tradição Tupiguarani, chamado “Cachoeira de Emas 3” (simbolizado por uma bola azul) também é singularizado no mapa, pois tanto este como o anterior, se encontram muito próximos do sítio arqueológico “Cachoeira de Emas 1”, abrindo possibilidades para interação entre esses povos que, segundo a datação, habitavam o local praticamente no mesmo período. O último ponto singularizado neste mapa ocorre com a presença de um sítio arqueológico totalmente lítico que foi denominado por Zanettini & Moraes (2006) como “Cachoeira de Emas 4” (simbolizado por uma bola verde) e que está muito próximo das margens do Rio Mogi-Guaçu, criando diversas hipóteses sobre o que aquele local era para esses povos (ex: local de descarte, caça ou produção desses materiais líticos). Ademais, como Godoy (1974), Zanettini & Moraes (2006) também deixaram locais de ocorrências arqueológicas que nunca foram analisadas em seu mapa (sendo simbolizada no mapa da Figura 10 pela bola amarela) e que agora foram agrupadas para uma maior compreensão das ocorrências arqueológicas no município de Pirassununga (SP).

Dentre as informações retiradas da justaposição desses três mapas percebe-se que a hipótese do nicho ecológico pode muitas vezes não funcionar, pois como é o caso encontrado em Pirassununga (SP), mesmo que tenhamos no município a presença de dois tipos vegetativos e, portanto, uma zona de transição entre eles, os achados arqueológicos ligados a tradições distintas se encontram muito próximas e a variabilidade climática e vegetativa não parece ter influenciado nesta organização espacial. Diante disto, outras investigações históricas devem ser feitas acerca do caráter migratório dos povos indígenas que vieram parar nessa região e colocou-os numa situação coletiva de interação e troca.

## Capítulo 3 – A História indígena e a documentação histórica

### *3.1 O estado de São Paulo e os primeiros contatos com os indígenas*

Como já apontamos, as narrativas históricas sobre o Brasil e, conseqüentemente sobre a Capitania de São Vicente, são inicialmente descritas pelo olhar de viajantes europeus que vinham à região para desvendar características geográficas, biológicas e fisiológicas. Desse modo, os primeiros documentos que refletiam as condições encontradas eram longas narrativas sobre os percursos desses viajantes que se embrenharam nos sertões seguindo ora os bandeirantes ora os jesuítas, trazendo informações renovadas sobre o que estava acontecendo nesses locais.

Partindo desta premissa, pretendemos avançar durante este capítulo nas narrativas históricas que apontam não somente o desenvolvimento colonial, como também o contato com os diversos povos indígenas que residiam no que atualmente é considerado o estado de São Paulo. Assim, chegaremos a interpretação de que, com a quantidade de grupos indígenas encontrados no local, seria impossível a não ocorrência de trocas e contatos entre eles; ou seja, os objetos diferenciados que são basicamente descartados como “complexos” na análise dos sítios arqueológicos podem ganhar maior inteligibilidade quando lidos em relação aos documentos históricos, já que estes mencionam uma quantidade de grupos indígenas culturalmente diferentes e fortalece a tese dos contatos e da fronteira porosa.

Segundo John M. Monteiro (1984)<sup>46</sup>, o indígena foi esquecido na historiografia paulista, sendo majoritariamente utilizado como pano de fundo “exótico” para as narrativas dos viajantes. Reformulando esses estigmas, Monteiro (1984) traz um esboço das localizações iniciais dos povos indígenas nos dois primeiros séculos de ocupação e do contato com os não índios. Temos, portanto, a designação de quatro regiões etnográficas distintas<sup>47</sup> para o atual estado de São Paulo durante o século XVI: a primeira correspondia aos grupos Tupi encontrados entre a faixa litorânea do Rio de Janeiro e Baixada Santista, além de alguns trechos interioranos; a segunda região apontava para os povos Jê encontrados no Vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira; já na terceira região, descrita como o lado oeste do estado, temos povos não-Tupi e o que Monteiro (1984) designará como “parentes” dos

---

<sup>46</sup> MONTEIRO, John M. Vida e Morte do índio: São Paulo Colonial. – In: MONTEIRO, John; RANGEL, Lúcia; LUZ, Mara; BARBOSA, Marco; LADEIRA, Maria; BORELLI, Silvia. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu Editora, 1984, pp. 21-44.

<sup>47</sup> Ibidem, pp. 22-23.

vale-paraibanos; por último, os povos falantes da língua Tupi-Guarani eram encontrados nas regiões sul e sudeste do estado, tanto no interior quanto na faixa litorânea. A partir da construção deste mapa, Monteiro (1984) disserta que os Tupi (resumidos em dois grupos para o atual estado de São Paulo: os Tupiniquim e os Tupinambá) haviam chegado por último nesta região, causando a migração e dispersão de diversos grupos não Tupi para o interior. Descrevendo cada uma das regiões pré-definidas pelo pesquisador, somos informados que a região da Serra da Mantiqueira era ocupada por três grupos: os Guaianá (povos indígenas pertencentes a família Macro-Jê), que são descritos atualmente como os ancestrais dos povos Kaingang sendo encontrados também no interior do estado; os Maromimi (outro grupo que se relacionavam com os Guaianá); e os Puri que também pertenciam a família Macro-Jê, sendo encontrados em diversas regiões nos estados do atual Sudeste brasileiro.

Os não índios tiveram preferência inicial em escravizar ou utilizar como guerreiros os povos da família linguística Tupi, pois foram os primeiros que tiveram contato ao chegar no Brasil. Aqueles que não falavam o *nheengatu* (a “língua geral” falada pelos Tupi e decifrada pelos não índios) eram chamados de “Tapuia”, ou seja, “não-Tupi”, se tornando a ferramenta de orientação e identificação de outros grupos. Assim, a dicotomia apresentada por Monteiro (1984) sobre o panorama etnográfico brasileiro seguia os entrelaçamentos do litoral e sertão, Tupi e Tapuia, gentio manso e índio bravo. Após os primeiros vinte anos de presença não indígena no Brasil, as relações de troca e escambo entre os Tupi foram transformadas em constantes guerras por território e escravização. A coroa portuguesa resolveu essa disputa com a criação de aldeias que seriam administradas por religiosos jesuítas e resultariam na integração do indígena à economia como mão de obra assalariada aos moradores; o que de algum modo não modificou as estruturas escravocratas do período, pois o pagamento dado aos indígenas era no formato de comida e peças de roupa, mantendo-o ligado as fazendas de uma maneira ou de outra. No entanto, houveram resistências e grupos como os Tupi da bacia Cisplatina e os Jês da Serra da Mantiqueira, ao perceberem o avanço dos não índios, recuaram em direção ao interior e as serras, retardando o processo de perseguição e extinção.

A resistência dos Tapuia de São Vicente, principalmente Guaianá e Maromimi, ao trabalho braçal, ora passiva ora violenta, se devia a razões culturais e ecológicas, posto que a agricultura sedentária praticada pelos brancos (e, de certo modo, pelos Tupi e Guarani) apresentava uma descontinuidade radical com os padrões de adaptação ao meio natural. (MONTEIRO, 1984, p. 27)

Enquanto os moradores optaram pela mão de obra Tupi, os indígenas escravizados provenientes de “guerras justas”<sup>48</sup>, cujos principais motivos para sua aprovação e aplicação do uso da força bélica contra os indígenas eram as hostilidades praticadas contra portugueses ou aliados, o impedimento da propagação da fé Católica via trabalho missionário, a sua recusa à conversão ao catolicismo ou a quebra de algum pacto estabelecido; eram principalmente Tapuias. Resolvendo essa preferência, a relação interétnica entre os Tupis e os não índios se modificou de uma aliança e competição mútua por território para uma apropriação de sua mão-de-obra. Com essa transição, os Tupis da região litorânea se uniram contra os não índios formando o que ficou conhecido como a Confederação dos Tamoios (1540-1567)<sup>49</sup>. Monteiro (1984) disserta que esse movimento de resistência se formou a partir da coligação de povos Tupinambá entre as regiões de Cabo Frio e São Vicente e que, com o litoral se tornando um grande estado de sítio, os não índios recuaram em direção ao planalto de Piratininga (também chamado de planície de Piratininga por Saint-Hilaire (1976)<sup>50</sup>, cujo território era dominado pelo Cacique Tebyriçá. A mudança para a região de Piratininga trouxe vantagens aos não índios, pois enquanto os Tupinambá se revoltavam, os índios Carijó (citados por Monteiro (1984) como ótimos trabalhadores braçais, mesmo que praticantes do canibalismo) se tornaram a válvula de escape para a mão de obra requisitada. Avançando para os planaltos a partir de 1562, a Confederação dos Tamoios se une aos Guaianá e aos Carijó investindo contra os não índios que haviam se refugiado no local. No entanto, logo vemos o fim da Confederação quando, segundo Monteiro (1984), ocorre uma epidemia de sarampo em 1563 e os poucos que sobreviveram foram derrotados pelas armas dos não índios em 1567.

Com a virada do século, as relações interétnicas passam por novas mudanças. A chegada da economia açucareira, além da produção de trigo e carne salgada levou a buscar por mais mão de obra indígena, dando origem as bandeiras para o interior do estado. Monteiro (1984) descreve o período de 1580-1630 como o auge da escravidão indígena, pois, usando a desculpa de que estavam à procura de metais preciosos, as bandeiras de larga escala (mobilizada por não índios e subordinados Tupi) causavam o cativo de diversos grupos indígenas que até então se encontravam isolados no interior. Rodrigues

---

<sup>48</sup> AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. – in: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p.189-206, Jan/Jun 2006.

<sup>49</sup> ALENCAR, José de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Empresa Typográfica Nacional do Diário, 1856.

<sup>50</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

(1979)<sup>51</sup> disserta que as bandeiras paulistas foram o maior movimento de penetração ao interior que havia ocorrido até então no Brasil, e que mesmo não tendo um motivo político inicial, as bandeiras se ligavam “(...) *umas às outras, numa cadeia indissolúvel, porque reconheciam a terra, e caçavam o índio (...) ou procuravam o ouro e os diamantes, sedução que sempre os impulsionou, desde as primeiras horas.*” (RODRIGUES, 1979, p. 113). Desse modo, praticando o apresamento por motivo de desrespeito e não cumprimento das leis do reino, os bandeirantes fizeram os Guarani da bacia Cisplatina serem as primeiras vítimas de suas expedições. Além disso,

Ao mesmo tempo que chegavam as primeiras levas de escravos catecúmenos Guarani, trazidos respectivamente por moradores e jesuítas, migrações espontâneas de outros grupos apresentaram-se como uma outra fonte de contato indígena com os brancos. Existem inúmeros exemplos deste fenômeno na história de São Paulo, começando com os misteriosos Tupiães em 1587 e culminando com movimentos oitocentistas de tribos Guarani vindas do Mato Grosso para o litoral paulista. Porém enquanto os Guarani do século passado eram motivados pela busca messiânica da “Terra sem Males” é difícil determinar a motivação dos Tupiães, Tememinós e Guarulhos nos séculos XVI e XVII, nenhum dos quais pertencentes à cultura Guarani. É provável que os efeitos desastrosos das guerras, epidemias e expedições escravizadoras tenham marginalizado ou tornado móveis este e outros grupos outrora fixos. (MONTEIRO, 1984, p. 32)

Com a movimentação dos bandeirantes e a constante escravização, Monteiro (1984) aponta que os povos indígenas passaram por um processo de perda de seu conteúdo étnico, ou seja, qualquer indígena administrado era considerado “Carijó”. Dividindo as expedições em três frentes, sendo estas as Expedições de Resgate (1550-1650), as Bandeiras de Grande Escala (1600-1641) e as Expedições de Apresamento (1590-1700), Monteiro (1984) aponta para o aumento da complexidade étnica ao serem frequentes os encontros dos não índios com os índios Tapuia, já que

(...) as novas expedições geralmente eram produtos da associação entre parentes com a intenção explícita de abastecer suas próprias fazendas de índios novos. Estas expedições começaram a penetrar em territórios ao norte e noroeste da Vila de São Paulo, encontrando uma variedade de etnias muito maior que aquelas do sul. (MONTEIRO, 1984, p. 35)

Outro ponto destacado pelo pesquisador envolve o fato de que, sem a participação de indígenas nas expedições, outros povos não seriam encontrados pelos não índios;

---

<sup>51</sup> RODRIGUES, José Honório. A Historiografia do Bandeirismo Seiscentista. In: **História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

assim, surgem figuras como o “índio vaqueiro” e o “índio vendedor” em várias partes da capitania; ressaltando que mesmo sendo *“trabalhador numa fazenda escravista ou morador numa aldeia marginalizada, o índio na São Paulo seiscentista era condenado a uma existência pobre, alienada e indigna.”* (MONTEIRO, 1984, p. 41). Com a chegada do século XVIII e devido ao crescente uso de mão de obra escrava africana, a tutela dos índios passa a ser responsabilidade do Estado e as relações de trabalho com os não índios se encerram. Sintetizando toda essa movimentação, Monteiro (1984) descreve três etapas para os povos indígenas do atual estado de São Paulo, sendo estas: um início em que ocorriam alianças, trocas e escambos entre os não índios e a integração na camada inferior do sistema escravista; uma segunda etapa em que os aldeamentos surgem e os indígenas passam a depender tanto deste local para a obtenção de moradia como do Estado; e por último, encontramos indígenas que são considerados pobres nos quesitos materiais, culturais e espirituais, isto quando sobreviviam a escravidão e não tinham seus grupos totalmente dizimados.

Fazendo sua viagem pelo Brasil durante o período de 1816-1822 sob a influência do Conde de Luxemburgo, Auguste Saint-Hilaire (1976) traz dados fundamentais sobre a construção da Província de São Paulo, entre eles o fato de que a Capitania de São Vicente só existiu devido a uma ordem portuguesa de que se estabelecesse uma colônia mais ao sul do Brasil e, por isso Martim Afonso foi encaminhado ao local. A partir disso, o primeiro contato de Martim Afonso com povos indígenas ocorre na chegada à ilha de São Vicente, os Guainá presentes no local tinham o costume de migrar entre o litoral e o planalto marítimo em busca de alimento e, conseqüentemente, levaram o grupo de Martim Afonso ao encontro do Cacique Tebyriçá no que Saint-Hilaire (1976) descreve como a “planície de Piratininga”, em 1532. Além de fundar a capitania, Martim Afonso foi o primeiro não índio a trazer os engenhos de açúcar ao Brasil e já que o *“(...) dinheiro, no princípio, era extremamente raro. Pagavam-se (...) com o açúcar as mercadorias recebidas da Europa, tornando esse produto a única moeda corrente.”* (SAINT-HILAIRE, 1976, p.20). Com o avanço para a região de Piratininga, os não índios passaram a se misturar com os indígenas causando o nascimento de muitos mestiços e também começaram a praticar a escravização dos grupos até então desconhecidos, um exemplo disso ocorre com o avanço em direção ao sul e a escravização dos índios encontrados pelas missões jesuíticas espanholas.

Em 1549, com a vinda de Tomé de Souza ao Brasil como Governador Geral,

chegam os primeiros jesuítas que pretendiam catequizar e transformar os povos indígenas. Cerca de 30 anos depois, o governo geral do Brasil se divide em dois, tendo um representante na Bahia e um no Rio de Janeiro. Em decorrência da União Ibérica<sup>52</sup>, Saint-Hilaire (1976) aponta que, após a unificação dos reinos que comandavam o Brasil e a banalização do Tratado de Tordesilhas (1494)<sup>53</sup>, os paulistas se sentiram mais livres para iniciar as incursões ao interior, pois não havia mais limite territorial entre os dois reinos e tudo estava livre para ser desbravado.

Enquanto caçavam os índios espalhados no meio das matas, os paulistas só conseguiam capturar um pequeno número de cada vez. Nas missões jesuíticas, pelo contrário, eles tinham à sua disposição uma população considerável. E uma vez que o governo espanhol não permitia aos selvagens o uso de armas de fogo, estes não ofereciam praticamente nenhuma resistência. Os paulistas não tinham, pois, outro trabalho a não ser acorrentá-los. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 30)

As regiões de Goiás, Mato Grosso e Cuiabá foram descobertos pelos paulistas a partir dessas incursões a territórios até então espanhóis, se tornando administradores desse território até 1748. Além desse percurso historiográfico, Saint-Hilaire (1976) traz informações acerca de como a vegetação do período se modificou com o avanço para o sertão, relatos coletados pelo viajante apontavam para a presença das grandes samambaias encontradas nos biomas da Mata Atlântica recuados até a região de Mogi Mirim, criando indagações sobre até onde esse bioma se estendia e como os indígenas se embrenhavam nesses territórios.

Nas proximidades da cidade de Moji-Mirim, a 22° 20' de lat. Sul, os grupos de árvores, disseminados pelas pastagens, são muito mais extensos do que em qualquer outro lugar, a partir de Santa Cruz de Goiás, e nos trechos outrora desmatados encontramos de novo a grande samambaia (*Pteris caudata*) que no leste de Minas toma o lugar das florestas virgens, mas que ainda não tínhamos visto em Goiás. Essas matas, tão numerosas e tão extensas, que caracterizam as vizinhanças de Moji, são como que os arautos de uma completa mudança no aspecto da vegetação. (...) Não podemos deixar de conjecturar se esses grupos de árvores não constituem os restos da floresta que começa nas proximidades de Moji-Mirim, e se essa região não teria sido outrora coberta de matas até São Paulo. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 56)

Outro ponto destacado por Saint-Hilaire (1976) é o de que, diferentemente de Minas Gerais e as regiões exploradas de Mato Grosso e Goiás, em que a população local

<sup>52</sup> Unificação dos reinos de Portugal e Espanha devido à falta de herdeiros ao trono português que ocorreu em 1640.

<sup>53</sup> MOURA, Vasco Graça. **O Tratado de Tordesilhas = The Treaty of Tordesillas**. – Lisboa: Biblioteca da Torre do Tombo., 1994.

aumentava cada vez que se encontravam regiões auríferas, São Paulo não passou por essa exploração, pois a quantidade de ouro encontrada, quando encontrada, era pouco para incitar toda uma migração populacional. Os bandeirantes, tendo como base de orientação ora os grandes rios e seus afluentes, definido como incursões de monções por Taunay (1981)<sup>54</sup>, ora pelos sertões e antigos caminhos indígenas (sendo chamadas de entradas sertanistas) muita das vezes encontravam ouro em alguns córregos e assim construíam meios de extração, não se permitindo a permanência no local após terem extraído todos os pedaços encontrados. Curiosamente, no município de Pirassununga, área delimitada nesta pesquisa, possui um córrego (atualmente canalizado e transformado em avenida) que desagua no Rio Mogi-Guaçu, cujo nome era “Ribeirão do Ouro”, trazendo hipóteses de que por lá, em algum período, foram encontrados resquícios deste mineral ou simplesmente recebeu este nome como representação do imaginário local.

Retornando ao trabalho de Saint-Hilaire (1976), podemos compreender como, com o início do século XIX, as regiões do estado de São Paulo foram demarcadas. Até 1845, era dividida em 7 “Comarcas”<sup>55</sup> quais sejam: Comarca de Taubaté (trazendo as vilas/cidades de Bananal, Areias, Queluz, Lorena, Silveiras, Guaratinguetá, Cunha, Pindamonhangaba, São Luís, antiga Piratininga, Taubaté, Sacareí, atual Jacareí, São José, Paraibuna, Moji das Cruzes e Santa Isabel); Comarca de São Paulo (com São Paulo – capital, Santo Amaro, Parnaíba, Atibaia e Bragança); Comarca de Campinas ou Jundiaí (composta por Jundiaí, Campinas/São Carlos, Constituição/ Piracicaba, Araraquara e Limeira); Comarca de Itu (composta por Itu, Porto Feliz, Pirapora, Capivari, São Roque, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva e Apiaí); Comarca de Curitiba (composta por Castro, Curitiba, Vila do Príncipe/Lapa, Paranaguá, Guaratuba, Antonina e Morretes); Comarca de Santos (composta por Iguape, Xiririca, Cananéia, Itanhaém, Santos, São Vicente, São Sebastião, Vila Bela da Princesa e Ubatuba); e por último, a Comarca de Franca (composta por Mogi Mirim, Casa Branca, Franca e Batatais).

Com a noção de como o estado era dividido no contexto geopolítico, podemos compreender como cada região destacada anteriormente, sendo estas Pirassununga, Casa Branca e Olímpia, pertenciam a jurisdições diferentes mesmo estando bem próximas em alguns casos. Segundo o Tomo de Manuel Pereira de Godoy (1975), Pirassununga neste período ainda pertencia a Vila de Limeira<sup>56</sup> e com o desenvolvimento da economia

---

<sup>54</sup> TAUNAY, Afonso E. de. Relatos Monçoeiros. **Coleção Reconquista do Brasil**, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

<sup>55</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *op cit.*, p. 77

<sup>56</sup> GODOY, Manuel Pereira de. **Contribuição a História Natural e Geral de Pirassununga: de 1766 até**



cafeeira, a chegada da Companhia Paulista de Estrada de Ferro no final do século XIX, temos um processo de expansão da cidade e seu consequente reconhecimento dentro das Comarcas.

Após todo esse compilado de informações sobre a formação da Capitania de São Vicente, postumamente rotulada como Província de São Paulo, Saint-Hilaire (1976) descreve sua viagem desde a Comarca de Franca, passando por Mogi-Mirim, Campinas, São Paulo, Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Itapetininga e Itapeva. A partir deste percurso, somos constantemente informados de que o caminho percorrido era preenchido por longos vazios de uma parada até a outra. Reclamando principalmente da falta de civilização, dos animais peçonhentos e dos insetos, Saint-Hilaire (1976) definiu a província como algo propenso a ser bem desenvolvido, mas que estava abandonada na mão de moradores rudes, muitas vezes comparados aos indígenas pelo modo de vida que levavam, e que não se esforçavam para trazer novidades a região. Mesmo que seu percurso não coincidissem com o rio Mogi Guaçu e a cidade de Pirassununga, sabemos que o viajante margeou estas bandas ao citar que seguiu o caminho do Rio Jaguari-Mirim, cuja foz pertence ao município, até chegar a Comarca de Mogi-Mirim. Já o contexto indígena só aparece em suas descrições quando Saint-Hilaire (1976) chega em Itapeva e se vê diante do que ele chama de “bugres” (mestiço para algumas definições e selvagem para outras) e indígenas Guayaná. Levando a interpretação de que até então não haviam mais indígenas no estado de São Paulo, o contato com o que Saint-Hilaire (1976) chama de povos Guayaná o deixou com uma grande curiosidade sobre este povo, sua língua e seus modos de agir.

Comparei este pequeno vocabulário com os das línguas dos coroados de Rio Bonito, dos malalis, dos monoxós, dos macunis, dos botocudos, dos maxacalis, dos coiapós e dos xicriabás, não tendo encontrando a menor semelhança. Fiz mais: comparei as palavras que me ditou o jovem guanhanã de Itapeva com três dialetos da língua geral e estou convencido de que não existe a mínima analogia entre eles. (...) Os antigos guaianases falavam a língua geral, pois foi com eles que Anchieta aprendeu; deduz-se disso que os guanhanãs de Itapeva nada têm em comum com aquela tribo, a não ser o nome, o qual, como já disse mais acima, deve ter sido dado a eles pelos primeiros brancos ou mestiços que se estabeleceram na região. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 227)

Pensando no período em que Saint-Hilaire (1976) fez esta viagem pela província de São Paulo e a surpreendente ausência de povos indígenas durante seu percurso e descrição, nos debruçamos sobre o primeiro tomo acerca da *Estatística Imperial da*

*Província de São Paulo*<sup>57</sup> produzido em 1827. Trazendo temas como a topografia do estado, seus rios e ilhas, os tipos de plantas e os produtos que eram comercializados e, principalmente, sua densidade demográfica nesses primeiros anos de Império brasileiro, este Tomo foi criado com intuito de informar e trazer hipóteses de mudança para o estado que até então era enxergado como um grande vazio que poderia ser transformado. Desde que as regiões auríferas foram descobertas, o estado de São Paulo passou a possuir longos vazios populacionais. As grandes vilas/cidades consideradas Comarcas possuíam muitas fazendas e regiões de produção agropecuária e agrícola, já nos territórios antes desbravados pelos bandeirantes, haviam informações de que existiam longos campos com grande potencial para desenvolvimento. No entanto, segundo o Morgado de Mateus<sup>58</sup>, essas regiões descritas por seu vazio demográfico, eram na verdade habitadas por povos indígenas e grupos quilombolas que se refugiavam do contato com os não índios. Assim, retornando a Cabral (2009) e seus dados estatísticos, temos informações de que a bacia do Rio Mogi Guaçu e as regiões que margeiam o atual município de Pirassununga, além das breves citações envolvendo os povos indígenas e sua cultura. Desse modo, sabemos que

O distrito da Villa da Franca, a maior parte de Mogi-Mirim, o de Araraquára pertencente á Villa da Constituição compreendem muitos Campos naturaes, onde estão estabelecidas muitas Fazendas de Gado vacum, pouco cavalar, e menos lanígero; estes campos assemelão-se aos de Sorocaba e Itapetininga; preferem-se os que tem menos arêa, e principalmente os de maçapé roxo. Este maçapé assemelha-se, mas diferemuito do fértil maçapé das matas, abunda em sílica, e a sua camada é delgada sobre pissarra, contudo pode interessar a sua cultura. Por e[ntr]ee os Campos há matas em terrenos fertilíssimos. (CABRAL, 2009, p. 9)

Quanto ao Rio Mogi Guaçu, sabemos por Godoy (1974) que o Reino de Portugal já possuía conhecimento tanto dele, quanto de sua Cachoeira (conhecida atualmente como o distrito de Cachoeira de Emas) ao analisarmos outro croqui (Figura 11) do pesquisador feito a partir da junção de dois mapas hidrográficos da Capitania de São Paulo entre os anos de 1766-1773. Neste material, vemos um destaque para a “Caxoeyra de Pirassununga” e como ela foi um marco referencial para a instalação dos primeiros não índios no município, cuja fundação (1823) ocorreu após o primeiro ano de Independência do Brasil. Desse modo, é curioso destacar que o documento estatístico de Cabral (2009)

<sup>57</sup> CABRAL, José Antônio Teixeira. **A Estatística da Imperial Província de São Paulo: Com várias anotações do Tenente-Coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística.** – Tomo I, 1827. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>58</sup> BOTELHO, Luís Antônio de Sousa, 1722-1798. **Morgado de Mateus.** Biblioteca digital Luso-brasileira, Acesso Disponível < <https://bdlb.bn.gov.br/> >

não cita em nenhum momento a existência da cidade e nem as possíveis fazendas que surgiram no local. Ao citar o Rio Mogi Guaçu temos que,

Várias vertentes do território de Comandocaia formão a 1ª origem desterio, que toma o nome de Mogi-Guaçu, depois da confluência do Jaguari-mirim, que vem das partes da Freguesia da Caza-branca. Tem a mesma direção do precedente Rio Pardo, e depois do curso de 90 a 100 legoas entra no rio grande logo acima do grande salto de Urubúpunga. Este rio banha a Freguezia de Mogi-guaçú; e d'áí para baixo até a distância de 12legoas corre com muita rapidez, A sua navegação é bastante custoza até á sua embocadura. No tempo seco oferece váos em muitas partes, principalmente nas suas primeiras 20 legoas de curso. O alveio do Mogi-guaçu é permanente, de pouca largura, e a sua carreira, é quase em todaa sua extensão [*sic*] paralela com a da Cordilheira de Araraquára. Suas margens são elevadas, as terras adjacentes fertilíssimas em todo o gênero de producções. ( ) É preciozissimo, e são-lhe comuns os mesmos peixes do rio Grande. (CABRAL, 2009, p. 18)

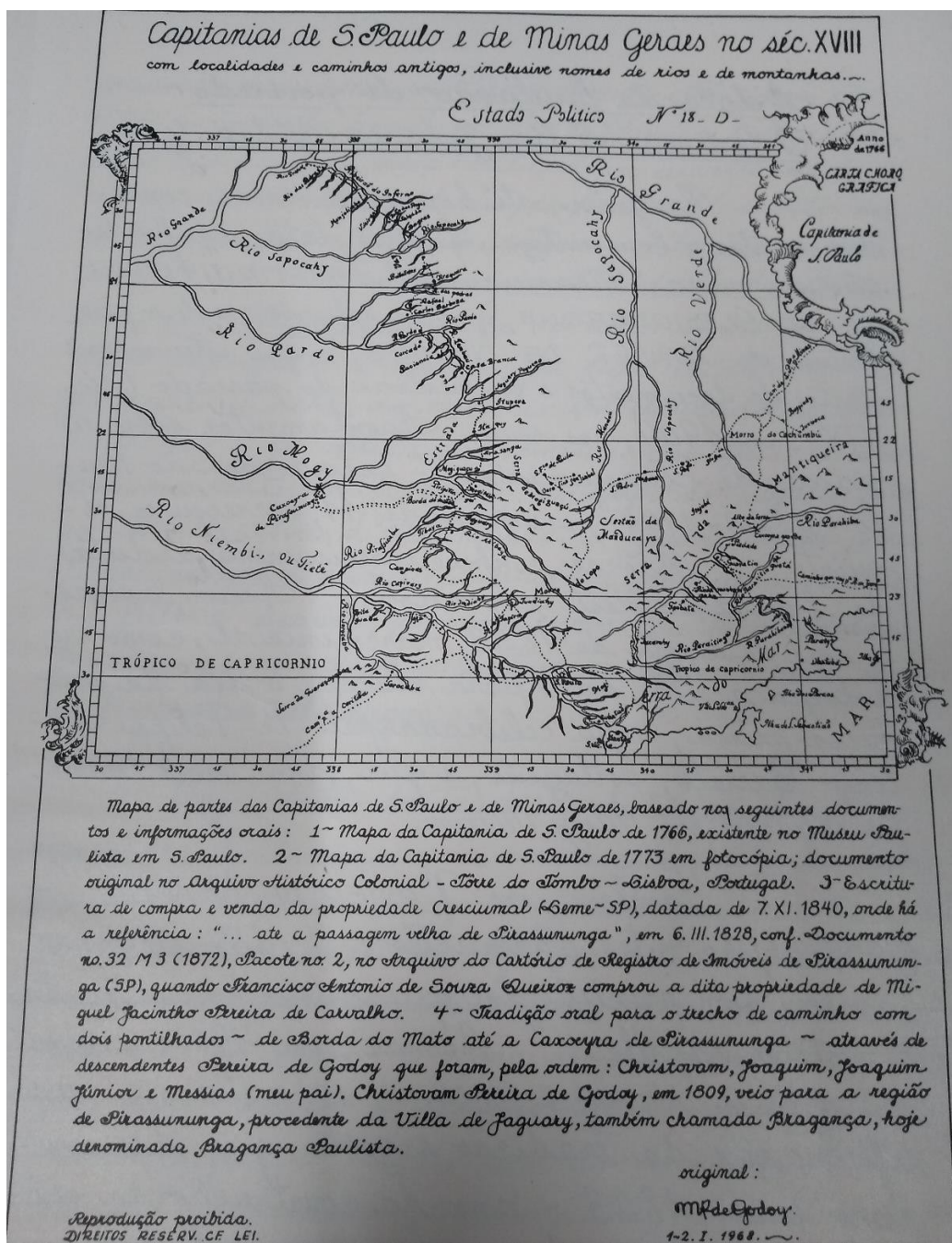


Figura 11: Capitanias de São Paulo e de Minas Gerais no séc. XVIII: com localidades e caminhos antigos, inclusive nome de rios e de montanhas. Fonte: Godoy, Manuel Pereira de. **Contribuição a História Natural e Geral de Pirassununga: de 1766 até 1912.** – São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga, Tomo II, 1975, p. 3.

Quando Cabral (2009) resolve dissertar sobre como o estado de São Paulo de modo geral, descobrimos que ela era extremamente extensa e fértil, sendo dividida entre os produtos comercializados na região central e na zona marítima. Diferentemente da zona marítima, a parte central da província possuía grandes quantidades de campos e matas virgens, além de serras e montes espalhados pela região que ofereciam uma página em branco para a sua inovação e seu desenvolvimento, desde que os povos indígenas e

quilombolas encontrados no local, fossem de alguma maneira retirados. Trazendo uma lista dos vários produtos cultivados, Cabral (2009) ressalta que havia uma infinidade de plantas utilizadas pelos moradores para a cura de suas enfermidades, sendo elas “(...) conhecidas pelo nome indig[e]na, e as vezes mudão de nome de lugar para lugar.” (CABRAL, 2009, p. 44) Não obstante, também são citados os cultivos da canela, da pimenta-da-índia, da pimenta-de-cheiro, do cominho, da alfavaca, do louro, da erva-doce, do gengibre e da segurelha como plantas e especiarias de cunho exótico, ou seja, advindas do conhecimento indígena ou das Índias Orientais. Mais adiante, Cabral (2009) também cita as diversas espécies de árvores frutíferas cultivadas e disseminadas pelos povos indígenas no Brasil. Entre elas, encontramos o Coqueiro-da-terra, cujo parentesco com o Coco Babaçu, citado anteriormente, já demonstra como os povos indígenas de São Paulo traziam sementes (ou brotos) dessas espécies durante todo seu percurso migratório.

Aparecendo, portanto, pela sua diversidade no usufruto da fauna e da flora do Brasil, os povos indígenas mencionados por Cabral (2009) são computados dentro da tabela demográfica sobre as “Populações por profissões e condições”<sup>59</sup>. Nesta breve estatística, haviam cerca de 3.886 homens e 2.900 mulheres consideradas escravas(os) pardos da Província de São Paulo. Não satisfeito em classificá-los como pardos, Cabral (2009) também aderiu à denominação de “pretos brasileiros”, somando cerca de 16.687 escravos homens e 15.602 mulheres. Se recordarmos que John M. Monteiro (1994)<sup>60</sup> aborda em seu trabalho o uso da denominação “negros da terra” pelos não índios durante o período colonial e imperial brasileiro, o significado desta terminologia girava em torno dos índios que eram forçados a trabalhar no engenho, mas que diferiam dos indígenas considerados “gentios bravos” ou “selvagem” que também foram amplamente escravizados, mas eram descritos pelos não índios como indígenas indisciplinados que não se acostumavam ao serviço escravo, se revoltando e resistindo sempre que podiam. Além disso, outra hipótese para esta denominação ocorre com a necessidade de se mascarar e esconder os indígenas ainda escravizados pelos administradores dos governadores gerais que já haviam decretado o fim desta prática.

Caminhando pelo desenvolvimento da antes Capitania de São Vicente e posterior estado de São Paulo percebemos que os indígenas foram sendo apagados dos dados e da historiografia do período. Os grupos que não foram, de algum modo, capturados e

---

<sup>59</sup> CABRAL, *op. cit.*, p.100.

<sup>60</sup> MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

escravizados pelas bandeiras paulistas ou colocados em aldeamentos jesuítas, tentaram escapar enquanto conseguiram do avanço dos não índios a todas as regiões do Brasil. O processo migratório, comum para alguns desses grupos, possibilitou o aumento ou incremento da troca e do contato com outros povos, resultando nas diversas metamorfoses culturais encontradas tanto nos registros orais quanto nos registros arqueológicos.

### ***3.2 A expansão para o oeste do Estado de São Paulo***

Nos distanciando dos primeiros séculos de presença não indígena na Capitania de São Vicente, suas constantes modificações e sua finitude como o estado de São Paulo, voltaremos nosso olhar para o oeste paulista que havia sido abandonado e não povoado desde que as primeiras bandeiras perpassaram por estas regiões para chegarem nos atuais estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Entre o final do século XIX e início do século XX ocorrem diversas incursões de cunho científico, religioso e de expansão cafeeira para o oeste levando ao reconhecimento deste território que até então era um sertão habitado por “índios hostis”. Borelli (1984)<sup>61</sup>, aponta que, com a chegada dos primeiros naturalistas à região para explorar sua bacia hidrográfica e a decadência das minas de ouro de Minas Gerais, temos a primeira onda de migrantes ao local, preenchendo-o com práticas de agricultura de subsistência ligadas ao cultivo do milho e da venda de animais. Com o movimento da expansão cafeeira e sua requisitada exportação, planos para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foram traçados e os missionários foram requisitados à região para catequisarem os indígenas Coroados (também conhecidos como Kaingang). A partir disto, entre os anos de 1880-1890 ocorre a construção das estradas de ferro, seu conseqüente desbravamento e unificação dos territórios desconhecidos. O plano desenvolvido para a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil fazia parte de um processo transcontinental que ligaria o porto de Santos ao Chile, porém este, como outros projetos ferroviários brasileiros, também foi suspenso antes de seu fim.

Segundo Borelli (1984), os Kaingang desta região possuíam grandes aspectos de mobilidade em suas aldeias, baseando-se num movimento sazonal de migração e desenvolvimento que os colocava por definição entre os grupos de caçadores e coletores.

---

<sup>61</sup> BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes Históricas e violência deliberada. – In: MONTEIRO, John; RANGEL, Lúcia; LUZ, Mara; BARBOSA, Marco; LADEIRA, Maria; BORELLI, Silvia. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu Editora, 1984, pp. 45-82.

Além disso, viviam da caça, pesca e coleta de frutas, raízes e larvas, mantendo a agricultura como atividade subsidiária de sua organização social. Uma especialidade Kaynganag é o preparo e o consumo do pinhão. Sendo que existem estudos<sup>62</sup> que focam na possibilidade desses grupos (e os Xokleng – também Jê meridionais) serem plantadores/dispersores de araucárias, que existem em alguma escala pelo interior de São Paulo (São Carlos, por exemplo), levando novamente a interpretação de que os povos indígenas disseminavam sementes ou brotos pelos caminhos perpassados, e conseqüentemente, levavam os frutos mais comuns em sua dieta para diferentes áreas do país. Produziam também cestarias, trançados, tecidos e cerâmicas; sendo caracterizados pelo seu sistema dualístico exogâmico “Kamé-Kairu”, a visão de mundo dos Kaingang seguia sua estrutura social, ou seja

A divisão social entre as metades, frequentemente em diferentes esferas da vida tribal, aparece reproduzida entre os seres e as coisas do universo, e as metades se colocam enquanto partes conflitantes e complementares, onde a oposição e a reciprocidade surgem como componentes equivalentes de uma mesma relação. (BORELLI, 1984, p. 55)

Questionando acerca das atividades agrícolas praticadas pelos Kaingang, Borelli (1984) sugere que estes, ao entrarem em contato com outros povos indígenas, aprenderam técnicas agrícolas e passaram a desenvolvê-la, mesmo que de maneira sutil. Curiosamente, é difícil precisar a origem dos Kaingang que habitavam a Província de São Paulo, sendo comum essas duas teorias: a primeira aponta para um pertencimento primário dos grupos Jê, Tapuia ou Guaianá que viviam entre o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro; e a segunda sugere que com o movimento colonial de expansão, os Kaingang teriam migrado entre os séculos XVI e XVIII do centro para o Sul do Brasil<sup>63</sup>. Resistindo amplamente as investidas dos não índios, que apostavam no extermínio genocida como “(...)solução lógica e mais eficaz para que a prioridades dos interesses nacionais fosse mantidas” (BORELLI, 1984, p.74), os Kaingang foram “pacificados” a partir de intervenção estatal e do auxílio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>64</sup> que os deslocou

<sup>62</sup> SCHADEN, Francisco SG. Xokleng e Kaingang. **Revista de Antropologia**, p. 105-112, 1958.

<sup>63</sup> PINHEIRO, Niminon S. **Os nômades: etno-história Kaingang e seu contexto – São Paulo, 1850 à 1912**. – Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: Universidade Estadual Paulista – Campus Assis, 1992.

<sup>64</sup> Criado em 1910 e atuando até 1967, quando foi substituído pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o SPI “visava tanto a proteção e integração dos índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais (Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910). Na base da unificação destas funções estava a ideia de que o ‘Índio’ era um ser em estado transitório. Seu destino seria tornar-se trabalhador rural ou proletário urbano.” Fonte: Povos Indígenas no Brasil. **Serviço de Proteção ao Índio SPI**. Acesso Disponível

para reservas indígenas.

Relatando este percurso de transição em que os indígenas Coroados (Kaingang) foram aos poucos conquistados e retirados do oeste paulista, Curt Nimuendajú (1982)<sup>65</sup> escreveu uma carta ao Dr. Gensch em 14 de abril de 1912, direto da Aldeia do Araribá. Nela, somos informados de que no início de março o SPI foi visitado em seu acampamento pelo primeiro grupo de Coroados “selvagens”. Enquanto Nimuendajú (1982) retornava à São Paulo para criar uma mapa topográfico da região, o acampamento inicial da SPI foi abandonado e queimado pelos Coroados, sendo reorganizado para que a missão de pacificá-los fosse continuada. Descrevendo o dialeto desses Coroados como algo próximo do que era falado pelos Guaianá, Nimuendajú (1982) relata que, “*esses Coroados têm a estatura média e são bastante fortes, o cabelo é cortado na frente em franjas à altura das sobrancelhas, sendo que atrás é usada à altura dos ombros. Os homens usam uma tanga e as mulheres usam somente o cheripá (...)*” (NIMUENDAJÚ, 1984, p.44). Por último, somos informados pela carta sobre a existência de três grupos Kaingang que guerreavam entre si e praticavam o expurgo e rapto de mulheres, levando a interpretar que a partir dessa disputa entre os povos o SPI enxergou a brecha necessária para agir e enfim “pacificá-los”. Esses Kaingang que aparecem com a expansão ao oeste paulista e a bacia do Rio Tietê, também são encontrados no norte do estado, corroborando com as hipóteses de que eles vieram da região central do Brasil e, aos poucos, migraram em direção ao sul.

Não obstante, o oeste paulista também foi escolhido pelos grupos Guarani como local de habitação. Segundo Maranca, da Silva e Scabello (1994)<sup>66</sup>, pesquisas desenvolvidas devido à construção da Usina Hidroelétrica de Ilha Solteira, na Bacia do Rio Paraná, possibilitaram o encontro de

(...)oito aldeamentos pré-históricos lito-cerâmicos. Quatro aldeamentos foram datados pela termoluminescência de 2200 a 1040 AP. Nas coletas de superfície e nas sondagens foi obtida uma grande quantidade de material lítico e cerâmico. O estudo do material coletado evidenciou uma grande homogeneidade entre estes sítios, seja do ponto de vista das dimensões, que variam de 150 a 200m,

---

<[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o\\_de\\_Prote%C3%A7%C3%A3o\\_aos\\_%C3%8Dndios\\_\(SPI\).>](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI).>)

<sup>65</sup> NIMUENDAJÚ, Curt. Carta sobre a pacificação dos Coroados (1912). – In: **Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas**. São Paulo: Editora Loyola, 1982, pp. 41-45.

<sup>66</sup> MARANCA, Silvia; DA SILVA, Andrea Lourdes Monteiro; SCABELLO, Ana Maria Pinheiro. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 4, p. 223-226, 1994.



quanto do material. Esta constatação nos levou a concluir que grupos pertencentes a uma mesma Tradição cerâmica, a denominada Tradição Tupi-Guarani, ocuparam a área estudada no período indicado pelas datações obtidas. (MARANCA & DA SILVA & SCABELLO, 1994, p. 223)

A partir disso, o *Projeto do Baixo e Médio Vale do rio Tietê* foi criado com intuito de se desenvolverem pesquisas arqueológicas interdisciplinares nas áreas banhadas pelo Rio Tietê e seus afluentes que resultariam tanto numa “(...) *descrição acurada das populações que ocuparam a área, como também a reconstituição do habitat nas diferentes épocas de sua ocupação.*” (MARANCA & DA SILVA & SCABELLO, 1994, p. 223). Dividindo as áreas entre Baixo e Médio Vale do Rio Tietê, as pesquisadoras concluíram que os materiais arqueológicos encontrados até então remetiam à tradição Tupiguarani. No entanto, a presença de cerâmicas ligadas à tradição Aratu-Sapucaí, na região de Olímpia (citadas anteriormente), geraram novos questionamentos acerca dos povos que habitaram a região.

Desse modo, vemos no oeste paulista a presença de grupos Jê Meridionais representados pelos Coroados, Guayaná e Kaingang e também, a presença de grupos Guarani que, segundo Godoy (1974), teriam migrado posteriormente à região do município de Pirassununga. Além desta hipótese, temos a de que os vestígios Tupiguarani encontrados no Distrito de Cachoeira de Emas seriam advindos de grupos Guarani que fugiram da bacia Cisplatina com o início da perseguição e escravização dos bandeirantes. Dentre essas hipóteses, um fato se eleva, quando esses Guarani chegaram a região, encontraram povos Jê e desenvolveram formas de interação que, conseqüentemente, resultaram nos complexos achados arqueológicos.

### ***3.3 Os povos indígenas do Centro-Norte Paulista e suas relações de contato***

Como já citamos em capítulos anteriores desse trabalho, a Bacia do Rio Mogi Guaçu trouxe diversos questionamentos ao apresentar, no distrito de Cachoeira de Emas, não somente achados arqueológicos que comprovavam a presença de povos Tupi ou Guarani na região durante os séculos XVII ao XIX, mas também materiais que apontavam para uma dinâmica cultural divergente ao que se tinha teorizado até o momento. Quando materiais líticos e cerâmicas típicas da tradição cultural Aratu-Sapucaí foram encontradas, hipóteses sobre a confluência de grupos indígenas tanto nesta região, quanto no caminho para o norte dos atuais estados de São Paulo e Triângulo Mineiro ampliaram o olhar acerca de

como esses povos interagiam e influenciavam uns aos outros. Taunay (1976)<sup>67</sup>, ao trazer relatos sobre a primeira Bandeira de descobrimento das minas do Guayanases, que iniciou em julho de 1722 sob o comando do Capitão Bartolomeu Buenoda Silva (conhecido também como Anhanguera), disserta sobre como, após quatro dias de mato puro, passaram pelas margens do Rio Mogi. Descrevendo-o como um “(...) *rio de canoa, e muito peixe tem, e dá mostras de ouro, mas com pouca conta(...)*” (TAUNAY, 1976, p. 121) percebemos que, mesmo com as diversas bandeiras que ocorreram desde oséculo XVI, a região continuava isolada e não apresentava sinais de manipulação não índia. Acompanhando ora suas margens, ora a dos riachos, o grupo de bandeirantes chegao Rio Grande, considerado atualmente como a divisa natural entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Tendo muito caminhado em direção ao norte, deixando para trás o estado de São Paulo e chegando ao que é considerado atualmente como o estado de Goiás, Taunay (1976) relata o momento em que encontraram rancharias de Gentios e foram surpreendidos por ataques de índios Tapuia.

Não demos um só tiro por ordem do Cabo, de que resultou o fugir-nos quase todo o gentio, o investir um deles ao sobrinho do Cabo com tal ânimo, que lançando-lhe consigo a mão à rédea do cavalo lhe tirou a espingarda da mão, e da cinta o traçado, e dando-lhe com ela um famosogolpe em um dos ombros, e outro no braço esquerdo, fugiu levando-lhe consigo as armas. Desembaraçado do Tapuia o Paulista correu sobre elessem mais efeito, que recuperar a espingarda que lhe largou o Tapuia, retirando-se com o traçado. Nesta mesma ocasião outro Tapuia em uma das suas portas feriu levemente no peito com uma flecha a um FranciscoCarvalho de Lordelo, e acudindo outro lhe deu na cabeça com um porrete de que caiu logo, caindo-lhe deu outra porretada outro Tapuia que apareceu de novo, deixando-o já por morto. (TAUNAY, 1976, p. 126)

Passando por este conflito inicial, o viajante descreve que os gentios/Tapuias acompanhavam seu percurso, mudando aos poucos sua atitude hostil e demonstrando curiosidade pelas armas que possuíam. Também são descritas as diversas tentativas de troca feitas pelos gentios na expectativa de que conseguissem alguns objetos que estavam de posse dos não índios. Pensando em como essa transação é feita, podemos sugerir que os povos indígenas já estavam acostumados a agirem dessa maneira entre si, tendo um primeiro encontro hostil que serviria para compreender a organização de seus inimigos e postumamente ofertando seus próprios utensílios, e as vezes suas mulheres, em troca daquilo que era considerado novidade.

---

<sup>67</sup> TAUNAY, Afonso de E. Notícia – 1ª Prática: Que dá ao P. M.º Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayanases até sair na Cidade de Belém do Grão-Pará. – *In: Relatos Sertanistas*, São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., pp. 121-137.

“Ofereceram-nos paus, trazendo-nos em um destes dias dezesseis índiasmoças, muito claras e bem feitas (...) e eu fui o que mais persuadia a aceita-las, dizendo-lhe, que na consideração de sermos tão poucos, e estesfracos, e mortos de fome, e muito o gentio o não escandalizássemos, e que postas em guardas as ditas índias com as mais, que se achavam já presas, podíamos facilmente catequisar a todo o mais gentio (...) (TAUNAY, 1976, p. 127)

Pensando, portanto, em como este vasto território do Estado de São Paulo, que possuía vegetações variando entre matas densas e campos largos de cerrado, era propício para a migração e a fixação de povos indígenas, Mano (2006)<sup>68</sup>, em sua pesquisa sobre os povos indígenas do interior paulista e os materiais arqueológicos encontrados, disserta que

Enquanto ao norte dos Campos de Araraquara se apresentam elementos centrais representados em ordem cronológica pela Tradição pré- ceramista Itaparica e pela Tradição ceramista Aratu-Sapucai; no sul e centro do atual estado de São Paulo os elementos meridionais estão representados em ambas as fases de povoamento pelas Tradições pré- ceramistas Umbu e Humaitá e as Tradições ceramistas Itararé e Tupiguarani. De um modo amplo isso indica que as tradições centrais em processo de expansão no sentido norte-sul teriam se chocado ao norte e centro do atual estado de São Paulo, nos Campos de Araraquara, com as tradições meridionais que se expandiam em sentido contrário. (MANO, 2006, p. 232)

Já Giralдин (1997)<sup>69</sup>, ao descrever o processo etno-histórico dos Cayapó em Panará, comenta sobre o extenso território desbravado por esse grupo pertencente à etnia Jê até serem enfrentados e inseridos em aldeamentos pelos não índios. Baseando seu trabalho nos materiais desenvolvidos pela Antropologia Social, a Arqueologia e a linguística, Giralдин (1997) analisou o comportamento dos Cayapó entre os séculos XVIII e XX, desde seu possível parentesco com os Panará no Parque Indígena do Xingu até a invasão de seu território por não índios entre 1780-1832 no estado de Goiás; além disso o pesquisador propõe uma possível rota migratória objetivada pelo avanço dos não índios que levou os Cayapó do sudoeste de Goiás até o leste do Mato Grosso do Sul.

(...)os Cayapó viveram e experimentaram um processo de invasão da região sul de Goiás, Triângulo Mineiro, leste de Mato Grosso e norte de São Paulo, a partir do início do século XVIII. Agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central. (GIRALDIN, 1997, p. 31)

<sup>68</sup> MANO, Marcel. O contexto indígena em Tempos Históricos – *In: Os Campos de Araraquara: Um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, 2006, pp. 231-312.

<sup>69</sup> GIRALDIN, Odair, *Caiapó e Panará: Luta e Sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

Com a intensificação das buscas auríferas na região de Minas Gerais, o sertanista Antônio Pires de Campo, que ficou conhecido por administrar centenas de índios e deslocar os grupos Bororo de Cuiabá para o Triângulo Mineiro, foi contratado pelo governador do estado de São Paulo para manter o que ficou conhecido como “caminho de Goiás” seguro, no entanto, o sertanista não foi bem-sucedido em sua missão, pois acabou morrendo de uma malina fulminante. Giralдин (1997) aponta que os conflitos entre Cayapó e não índios continuou até que ocorreu a sua “pacificação” com a inserção dos Cayapó em aldeamentos criados a partir de 1780.

Nas suas ações guerreiras, os Cayapó raramente deixavam sobreviventes. Geralmente todas as pessoas que estivessem no local do ataque seriam mortas. Ao contrário dos demais grupos indígenas, eles não tinham interesse em capturar mulheres e crianças para levarem para suas aldeias. Este foi um dos motivos pelos quais foram considerados um dos grupos mais temidos, tornando-se símbolo de "ferocidade" durante o século XVIII. (GIRALDIN, 1997, p. 21)

Com o esgotamento das minas e a migração não índia para o sudoeste de Goiás, os aldeamentos criados para os Cayapó aos poucos foram destituídos e supôs-se que os indígenas presentes dentro deles também foram extintos. Porém, pesquisadores do século XX começaram a teorizar que os Panará da região do Xingu seriam descendentes desses Cayapó, pois perceberam que “(...) *A forma de construir flechas, unindo-se pequenos segmentos de bambu até se obter o tamanho desejado; a técnica para construção de cestos; a prática de escarificação da testa com um pequeno arco e flecha para curar dores de cabeça, todas elas idênticas entre os dois grupos.*” (GIRALDIN, 1997, p. 34-35). Assim, associando seus cultivos, modos de sepultamento e sua língua, chegaram à conclusão de que os Panará eram os Cayapó que sobreviveram ao período de expansão aurífera e desenvolvimento não índio nas regiões de Goiás, Mato Grosso, Triângulo Mineiro e Norte de São Paulo. Não obstante, Giralдин (1997) recria um quadro de contatos em seu trabalho ao demonstrar que

(...) os Cayapó tinham como seus "vizinhos" de território, ao sul, os Kadiwéu, os Payaguá e os Kaingang; a leste, Xacriabá, os Akroá e os Araxá; ao norte, os Goiá, os Crixá, os Xavante e os Ava-Canoeiros. A oeste, o contato era com os Bororo, os quais, como veremos adiante, participaram na guerra movida contra os Cayapó, para permitir o livre trânsito pelo "caminho de Goiás", possibilitando o comércio desta com a capitania de São Paulo. (GIRALDIN, 1997, p. 57-60)

### Uma conclusão possível: questões para pensar

Desse modo, partindo da ideia de que culturas são dinâmicas e fluidas, analisamos aqui como a presença de vestígios arqueológicos complexos na região do Alto Mogi nos permitem interpretar o contexto de fronteira entre os povos indígenas. Como foi apresentado neste trabalho, a região do Alto Mogi apresentou certa complexidade em relação à qual grupo étnico teria habitado a região ao trazer vestígios arqueológicos tanto da tradição cultural Tupiguarani quanto da tradição cultural Aratu-Sapucaí. Além disso, as datações para cada sítio permitiram a interpretação de que esses grupos coabitaram aquela região. Isso nos leva a pensar que etnias, identidades, alteridades e etnicidades estavam em constante contato e relação. Philippe Poutignat & Jocely Streiff-Fenart (1998) em *Teorias da Etnicidade*<sup>70</sup> apontam que “(...) *etnicidade é uma forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciados*”<sup>71</sup> e que, portanto, as identidades étnicas se entrelaçam por relações de alteridade. Não obstante, os pesquisadores dissertam que são as fronteiras étnicas e não a cultura interna que define o grupo étnico *per se*, pois estas não são barreiras intransponíveis, mas sim locais de contato, troca e interação, possibilitando “(...) *processos individuais ou coletivos de assimilação ou de mudança da identidade étnica*” (STREIFF-FENART & POUTIGNAT, 1998, p. 161).

Caminhando neste mesmo diálogo, Frederik Barth (1998) em os *Grupos étnicos e suas fronteiras*<sup>72</sup>, contradizendo a visão simplista de que é no isolamento geográfico que vemos a maior diversidade cultural, propõe que “(...) *a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais.*” (BARTH, 1998, p. 196). Nesse sentido, Barth (1998) apresenta as formas mais encontradas de contato e adaptação: 1) competição por estarem ocupando a mesma área, mesmo que em nichos distintos (consequentemente surgirão articulações comerciais, ritualísticas e cerimoniais); 2) ao monitorarem territórios separados, entram em competição por

---

<sup>70</sup> STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. – São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

<sup>71</sup> STREIFF-FENART & POUTIGNAT, *op cit*, p. 141.

<sup>72</sup> BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. – São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

recursos e a fronteira se torna o ponto de articulação política; e 3) a criação de uma relação simbiótica de interdependência por estarem no mesmo local.

Outras relações de contato destacadas por Barth (1998) são os processos de mudança de pertença, nos quais relações de compra e ganho são feitas e, em alguns casos, o casamento entre esses povos também é interpretado como uma forma de interação. Imperativamente “(...) as fronteiras étnicas, em cada caso, são mantidos por um conjunto imitado de traço culturais. Assim, a persistência da unidade depende da persistência dessas diferenças culturais(...)” (BARTH, 1998, p. 226).

Entrelaçando a ideia das fronteiras étnicas como um “entre-lugar” que é permeado por ambos lados e promulga fluidez entre os grupos, Homi K. Bhabha (2013) em *O local da Cultura*<sup>73</sup> aponta que “(...) esses entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.” (BHABHA, 2013, p. 20). Para o caso da região do Alto Mogi, de fato os vestígios arqueológicas apontam para a fluidez das fronteiras, pois temos a evidência de um machado-lunar, típico de grupos Jê, próximo de sítios catalogados como pertencentes a grupos tupiguarani.

Pensando, portanto, nesse processo de interação e agenciamento que ocorre na região do Alto Mogi, podemos perceber as fronteiras étnicas como uma imagem rizomática<sup>74</sup>, tal como pensada por Deleuze & Guattari (1995), podendo ser rompidas e retomadas em momentos distintos e cujas “(...) multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem as outras.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 17). Outro ponto das relações de fronteira de maneira rizomática é o fato de que ela não possui estrutura, se moldando a partir de impulsos e desejos internos e externos.

A imagem da “mandala”<sup>75</sup>, proposta por Marcel Mano (2018), também é outro modo de pensar ou interpretar as relações que os povos indígenas desenvolvem ao longo de suas diversas fronteiras étnicas, pois

“(...) o modelo em forma de mandala expressa descentralização, enfatiza as interfaces entre os diferentes sujeitos, categorias e contextos envolvidos nas

<sup>73</sup> BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

<sup>74</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. – vol. 1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

<sup>75</sup> MANO, Marcel. Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro. In: **Revista Albuquerque**, v. 10, n. 19 Mato Grosso do Sul: UFMS, 2018.

relações de contato e enfoca processos contínuos e cambiante de criação/destruição/recriação de fronteiras culturais porosas onde se cruzam, se retraem e se expandem uma multiplicidade de agenciamentos históricos.” (MANO, 2018, p. 20)

Para o caso específico da região do Alto Mogi e do centro-norte paulista, mesmo que a documentação histórica seja escassa quanto aos povos indígenas do estado de São Paulo, podemos atualmente nos embasar da multidisciplinaridade para a construção de hipóteses sobre o que aconteceu. As evidências de materiais arqueológicos complexos nas regiões do município de Casa Branca, Pirassununga e Olímpia corroboram para a hipótese de que, com o avanço dos não índios em direção à bacia do Cisplatina, os Guarani migraram inicialmente para a bacia do Rio Tietê até seguirem rumo ao centro-norte da capitania. Com esse avanço e a presença de grupos Jês no interior, podendo estessarem os Kaingang do oeste paulista, os Cayapó do Triangulo Mineiro e Norte paulista ou os Guaianá da Serra da Mantiqueira, ocorreram os choques territoriais que resultaram em trocas, guerras e aparentamento entre esses povos. Assim, ao exaltarmos esses materiais considerados complexos pela tradição arqueológica, estamos pouco a pouco dando abertura para outras interpretações acerca da história dos povos indígenas, nos quais as fronteiras culturais e suas redes de identidades e alteridades não são absolutas, eternos ou imutáveis, mas maleáveis, fluidas, históricas e processuais.

### Referências Bibliográficas

AFONSO, M.C.; MORAES, C.A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do estado de São Paulo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2005-2006, 15-16: pp.59-71.

AGUIAR, Rodrigo L. S.; MÜLLER, Aline M. Cultura material e identidade étnica Guarani. *In*: AGUIAR, R., OLIVEIRA, J. e PEREIRA, L. (Org.) **Arqueologia, etnologia e etno-história em Íberoamérica: fronteiras, cosmologias e antropologia em aplicações**. – Dourados: EdUFGD, 2010.

ALENCAR, José de. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos**. Rio de Janeiro: Empresa Typográfica Nacional do Diário, 1856.

AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. – *in*: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p.189-206, Jan/Jun 2006.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. – Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. – São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes Históricas e violência deliberada. – *In*: MONTEIRO, John; RANGEL, Lúcia; LUZ, Mara; BARBOSA, Marco; LADEIRA, Maria; BORELLI, Silvia. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu Editora, 1984, pp. 45-82.



BOTELHO, Luís Antônio de Sousa, 1722-1798. **Morgado de Mateus**. Biblioteca digital Luso-brasileira, Acesso Disponível < <https://bdlb.bn.gov.br/>>

BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRAUDEL, Fernando. **História e Ciências sociais**. – Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BROCHADO, José Proença. **A expansão dos Tupi e da cerâmica de tradição policrômica amazônica**. – São Paulo: Dédalo, 27, 1989, p. 65-82.

\_\_\_\_\_. A Tradição Cerâmica tupiguarani na América do Sul. In: **Revista Clio**, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco v. 3, n. 1, 1980, pp. 47-70.

BURCKHARDT, Jacob Cristoph. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. – São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

CABRAL, José Antônio Teixeira. **A Estatística da Imperial Província de São Paulo: Com várias anotações do Tenente-Coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística**. – Tomo I, 1827. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

CARNEIRO, Robert L. “Cariapé” Um caso de padronização de erro em arqueologia. In: **Revista de Arqueologia**, v. 22, n. 1, (jan-jul. 2009): 9-13, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 10-24.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. – vol. 1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual da teoria da História**. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

FERREIRA, Antonio Marcos Neres. **O total aproveitamento do Coco Babaçu (Orbignya oleífera)**. – Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. – *In: Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GIRALDIN, Odair, **Caiapó e Panará: Luta e Sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

GODOY, Manuel P. **Contribuição à História natural e geral de Pirassununga**. V. 1, São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga, 1974.

\_\_\_\_\_ **Contribuição à história natural e geral de Pirassununga** – São Paulo: Prefeitura Municipal de Pirassununga. V.2, 1975.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Sexta Parte: Bororo. *In: Tristes Trópicos* – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.187-230.

MARANCA, Silvia; DA SILVA, Andrea Lourdes Monteiro; SCABELLO, Ana Maria Pinheiro. Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 4, p. 223-226, 1994.

MANO, Marcel. Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das

ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro. *In: Revista Albuquerque*, v. 10, n. 19, Mato Grosso do Sul: UFMS, 2018.

\_\_\_\_\_. Memória e Esquecimento: Formação histórica e ocupações humanas no centro norte paulista. *In: Revista Brasileira Multidisciplinar (ReBraM)*, v. 21, n.3, 2018, pp. 59-69.

\_\_\_\_\_. O contexto indígena em Tempos Históricos – *In: Os Campos de Araraquara: Um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, 2006, pp. 231-312.

MILAN, Elisana & Moro, Rosemeri Segecin. **O conceito biogeográfico de ecótono**. *In: Revista Terra Plural*, v. 10, n.1, - Paraná: Ponta Grossa, jan/jun 2016, pp. 75-88.

MONTEIRO, John Manuel. Vida e Morte do índio: São Paulo Colonial. – *In: MONTEIRO, John; RANGEL, Lúcia; LUZ, Mara; BARBOSA, Marco; LADEIRA, Maria; BORELLI, Silvia. Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração*. São Paulo: Yankatu Editora, 1984, pp. 21-44.

\_\_\_\_\_. **Negros da Terra: índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Camila Azevedo. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo da variabilidade artefactual**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2007.

MOURA, Vasco Graça. **O Tratado de Tordesilhas = The Treaty of Tordesillas**. – Lisboa: Biblioteca da Torre do Tombo, 1994.

NIMUENDAJÚ, Curt. Carta sobre a pacificação dos Coroados (1912). – *In: Textos indigenistas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Editora Loyola, 1982, pp. 41-45.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. – *In: A História Nova*, São Paulo:

Martins Fontes, 1993, pp. 180-215.

PINHEIRO, Niminon S. **Os nômades: etno-história Kaingang e seu contexto – São Paulo, 1850 à 1912.** – Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: Universidade Estadual Paulista – Campus Assis, 1992.

Povos Indígenas no Brasil. **Serviço de Proteção ao Índio SPI.** Acesso Disponível [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o\\_de\\_Prote%C3%A7%C3%A3o\\_aos\\_%C3%8Dndios\\_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)).

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** – Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

ROBAZZINI, A. O papel da arqueologia na história indígena: algumas considerações. – *In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11: 159-163, 2011.

RODRIGUES, José Honório. A Historiografia do Bandeirismo Seiscentista. *In: História da História do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social: princípios do direito político.** – São Paulo: Editora Pillares, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Protagonismo como substantivo na História indígena. *In: \_\_\_\_\_ (orgs.). Protagonismo ameríndio de ontem e hoje.* Jundiaí, Paco Editorial: 2016, p. 13-52.

SCHADEN, Francisco SG. Xoklém e Kaingang. *Revista de Antropologia*, p. 105-112, 1958.

SILVA, Elis Pacífico. O “ser brasileiro” no discurso dos viajantes oitocentistas. – In: **Anais do “I Seminário Internacional Brasil no Século XIX”**, Espírito Santo: Universidade Federal de Vitória, 2014, pp. 1-16.

SILVA, Seles Pereira da. **Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844)**. - Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

SMITHSONIAN, Institute. **Handbook of South American Indians**. vol 1-7, 1946-1959.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

STADEN, Hans. **Dois Viagens ao Brasil**. – São Paulo: LPM, 1557.

STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. – São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

TAUNAY, Afonso de E. Notícia – 1ª Prática: Que dá ao P. M.º Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayanases até sair na Cidade de Belém do Grão-Pará. – In: **Relatos Sertanistas**, São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., pp. 121-137.

\_\_\_\_\_. Relatos Monçoeiros. **Coleção Reconquista do Brasil**, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

VARNHAGEN, Francisco A. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba**. – Volume 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VELDEN, Felipe Vander. Cacos de espíritos: aproximações entre Antropologia e Arqueologia no caso Karitiana em Rondônia. – In: Amazônia, **Rev. Antropol.** (Online)

10 (1): 182 - 208, 2018.

VEMEERSCH, Paula. Jacob Burckhardt e suas Reflexões sobre a História. – in: **Revista de História Social**, nº 10, Campinas, SP, 2003, pp. 215-238.

WÜST, Irmid. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. – *In*: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. S. Paulo, 2:13-26, 1992.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; MORAES, Camila A. **Programa Arqueológico de Resgate Ponte de Concreto sobre o Rio Mogi Guaçu (Cacheira de Emas) Município de Pirassununga**, São Paulo: Relatório Final. Zanettini Arqueologia, novembro de 2006

---

**Programa de Resgate e Monitoramento Arqueológico na Área da Usina Guarani S/A Açúcar e Alcool (Usina Cruz Alta – Unidade III), Município de Olímpia**, São Paulo: Relatório Final. Zanettini Arqueologia, outubro de 2008.